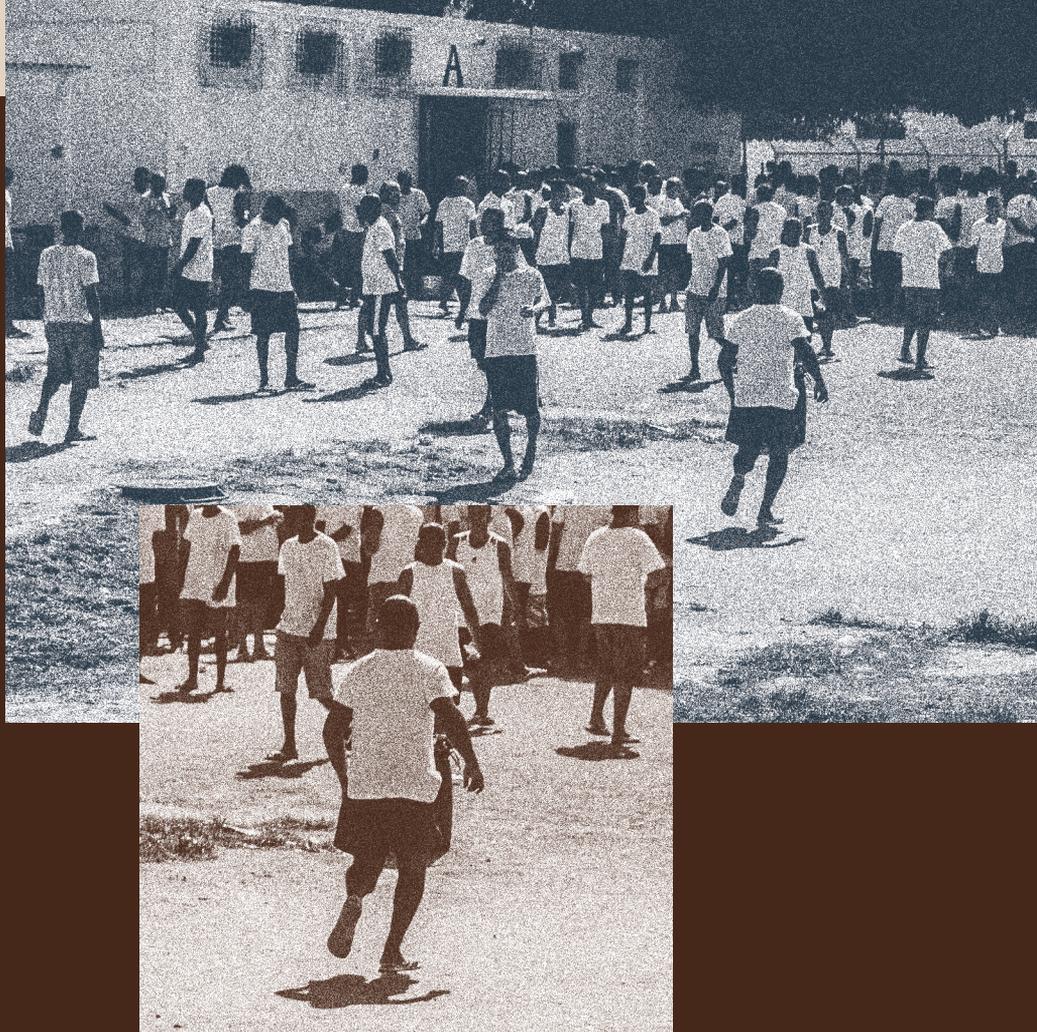


Organização



Apoio



Não é antes ou depois da pandemia:

Articulações pela garantia de direitos nas
unidades de privação de liberdade de São Paulo

Apresentação

S

ão Paulo possui a maior população carcerária do Brasil e, sem fugir à regra nacional, enfrenta um cenário de superlotação de celas, dificuldade de acesso à informação e más condições no cárcere. Falar das consequências da pandemia de Covid-19 em território paulista é, necessariamente, considerar esta realidade.

Da urgência de denunciar e registrar os efeitos da pandemia a nível local, surge o presente boletim informativo. O documento tem início com uma reportagem investigativa sobre dados de Covid-19 nas unidades de privação de liberdade paulistas, seguido de texto editorial elaborado pelas organizações da Rede Justiça Criminal em São Paulo e de contribuições de convidados e convidadas.

Dentre as contribuições externas, o boletim conta com entrevista concedida por Andreia MF, militante anticárcere e fundadora do projeto Mães do Cárcere, texto da Amparar (Associação de Familiares e Amigos de Presos) sobre ações realizadas na pandemia e entrevista com Tempestade, sobrevivente do cárcere e militante antiprisional.

É a partir da soma de dados, ações da sociedade civil e articulações com movimentos e familiares, que fornecemos o presente panorama sobre Covid-19 e prisões em São Paulo, demarcando que ninguém deveria ser deixado para morrer.

Boa leitura!

Covid-19 e prisões: A realidade paulista

AMANDA PRADO

para Rede Justiça Criminal



Cento e cinquenta quilômetros separam a casa de Marina¹, na zona leste da cidade de São Paulo, da Penitenciária Feminina de Tremembé, no interior paulista, onde a mãe, Fernanda², cumpre pena por tráfico de drogas. Fernanda tem 39 anos, é asmática e portadora de doença pulmonar obstrutiva crônica, o que deixou a família em estado de alerta ainda maior desde o início da pandemia. Marina comemora que, diante das condições precárias do cárcere, a mãe não foi infectada pela Covid-19. Mas o distanciamento levou as duas a conhecer de perto outra dor: Marina deu à luz seu primeiro filho e, até agora, Fernanda não conheceu o neto.

Mesmo com a impossibilidade do contato físico, Marina imaginou que poderia mostrar o filho à avó por videochamada, através dos encontros virtuais promovidos pela Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo. “Achei que não teria problema, mas não deixaram. Disseram que meu filho não tinha cadastro. Isso é um absurdo. Era só um bebê, mas não autorizaram que ele aparecesse. As cartas e o jumbo também ficaram mais complicados para entrar. Teve carta que ficou mais de uma semana parada, e o jumbo também, que a gente manda com tanta dificuldade. Muita coisa acaba estragando”, relata Marina.

Ela e a mãe se viram pessoalmente pela última vez em novembro de 2020, por duas horas. Conversaram basicamente sobre a maternidade. Na época, o primeiro neto de Fernanda tinha três meses e ficou no colo de uma tia, do lado de fora do presídio, sem poder entrar. Aos 20 anos, Marina convive com a tristeza de não ter a participação da mãe em um momento tão importante.

“Nos vimos com distanciamento, sem se tocar, de máscara, como prevê tudo. Mas pensei que deixariam pelo menos a gente dar as mãos, e depois higienizar, porque quem se encontra nessa situação sabe que um toque faz toda a diferença”, diz Marina.

MORTES E CONTAMINAÇÕES

Estado mais populoso e rico do país, São Paulo tem 212 mil pessoas presas, o que corresponde a um

terço da população prisional brasileira. São pessoas em sua maioria negras (58,8%), jovens (44,79%) e com o ensino fundamental incompleto (87%). De acordo com dados da Defensoria Pública do estado, 69% das unidades estão superlotadas, 70,8% fazem racionamento de água, nenhuma unidade prisional tem equipe mínima de saúde e, no geral, 69% das pessoas não recebem itens de higiene quando necessitam. **É nesse cenário que 158 das 178 unidades prisionais do estado tiveram casos confirmados de Covid-19, representando 89% do total.**

Em cumprimento à Lei de Acesso à Informação (LAI), com dados enviados no dia 8 de julho de 2021, o governo do estado de São Paulo informou que, desde o início da pandemia, quase 15 mil pessoas presas sob custódia do estado testaram positivo para a doença. A maior parte dos testes realizados foi de teste rápido (12.207, 80% do total). Outros 2.605 casos foram confirmados através de RT-PCR. Entre todos os presos positivados, 14.778 se recuperaram. E na data de 8 de julho, como consta no documento, 34 estavam isolados e em tratamento.

Dados publicados no site da Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo (SAP) mostram que 75 presos morreram de Covid-19 de março de 2020 até 23 de julho de 2021, data da consulta. Entre os servidores do sistema, esse número é de 119 pessoas. Ao todo, mais de 4 mil casos foram confirmados entre servidores desde o início da pandemia.

INCOMUNICABILIDADE E SUSPENSÃO DE VISITAS

Para a Defensoria, a pandemia de Covid-19 aumentou as já péssimas condições de aprisionamento, representando “uma conjuntura de exacerbação de vulnerabilidades”: **“As prisões são espaços violadores de direitos por excelência, constituídas para controle de corpos, marcadas pela insalubridade, com celas superlotadas, sem ventilação, com racionamento de água, falta de profissionais de saúde, alimentação precária, entre outras privações que tornam esses ambientes, do ponto de vista biológico, espaços ideais de proliferação e espalhamento do coronavírus”,** aponta.

No dia 25 de março de 2020, a Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) suspendeu as visitas de familiares, o que agravou outros problemas, uma vez que as pessoas presas ficaram sem acesso ao “jumbo” - um conjunto de itens como materiais de higiene, alimentos e medicamentos que os familiares levam, devido à ausência ou insuficiência de assistência material por parte do Estado. Depois, foi

1 Nome fictício.

2 Nome fictício.

possível enviar os itens pelos correios, mas isso não foi suficiente e o processo teve inúmeras falhas. Durante as oscilações do estágio da pandemia, houve, como em outros estados, fechamento e reabertura da possibilidade de visita presencial, gerando insegurança sobre as regras em vigor.

Nas fases em que a visita presencial estava proibida, o programa “Conexão Familiar - Visita Virtual” da Secretaria de Administração Penitenciária, criado em junho de 2020, permitiu paliativamente a comunicação entre as pessoas presas e seus familiares de forma online. O programa foi criado depois de recomendação enviada para SAP e Ação Civil Pública ajuizada pelo Núcleo Especializado de Situação Carcerária (NESC) da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Além da videoconferência, marcada aos finais de semana (sábados e domingos), foi criada a possibilidade de “mensagem virtual”, mensagens enviadas pelo site da Secretaria de Administração Penitenciária, com no máximo 2000 caracteres (aproximadamente 350 palavras). Cada familiar está autorizado a enviar até duas mensagens por semana. As mensagens são impressas e entregues para as pessoas presas e as respostas são escritas no verso da folha, escaneadas e enviadas para o e-mail indicado no formulário no site. Familiares apontam, porém, que esta forma de comunicação pode favorecer a violação de correspondência.

Por fim, a Defensoria Pública pediu que fossem instalados telefones públicos nas unidades prisionais, além das visitas virtuais e um plano de retomada das visitas presenciais. **Tudo foi feito, menos a instalação de telefones. Assim, atualmente, pessoas excluídas digitalmente não conseguem saber dos seus parentes se houver suspensão de visitas.** Para quem tinha a possibilidade de se conectar, a Defensoria Pública criou uma cartilha de assistência, com orientações sobre as visitas e mensagens virtuais.

ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Em nota de 21 de abril de 2021, o Núcleo Especializado de Situação Carcerária (NESC) da Defensoria Pública de São Paulo relata que, enquanto outros estados, como o Rio de Janeiro e Bahia, determinaram que as pessoas com direito à saída temporária deveriam permanecer em prisão domiciliar durante a pandemia, seguindo recomendação do CNJ, a **Corregedoria Geral de Justiça do Tribunal de Justiça de São Paulo suspendeu as saídas temporárias**, o que gerou rebeliões. Foram suspensas também as atividades educacionais e de trabalho, trazendo mais ociosidade aos presos e transformando o cumprimento de pena no regime semiaberto em um

novo regime fechado.

Por Lei de Acesso à Informação, o estado, por sua vez, informou que “todas as unidades prisionais do estado de São Paulo contam com equipe de saúde, incluindo médico, enfermeiro, dentista, assistente social e psicólogo. Quando a equipe de saúde não está completa e há necessidade de atendimento específico, o preso é encaminhado ao Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário ou à rede do SUS”. Para a Defensoria Pública e o Ministério Público Estadual, porém, esta não é a realidade, e a situação de saúde das unidades prisionais deixa muito a desejar no estado. Ainda, dados da SAP divulgados no dia 30 de abril de 2021 mostram que faltam atualmente nas unidades prisionais paulistas um total de 651 médicos, 278 cirurgiões dentistas, 212 enfermeiros e 511 técnicos de enfermagem.³

CRONOGRAMA DE VACINAÇÃO

O estado de São Paulo iniciou a vacinação dos agentes penitenciários em abril de 2021. Até a primeira semana de julho, dos mais de 33 mil profissionais, 28 mil, ou seja, 82,5%, foram imunizados com a primeira e a segunda doses. Segundo o plano nacional, as pessoas presas deveriam ter sido imunizadas no mesmo período dos agentes. O Ministério da Saúde incluiu as pessoas privadas de liberdade no grupo prioritário da vacinação por terem “elevada vulnerabilidade social” à doença, na mesma classificação de pessoas em situação de rua, por não terem condições adequadas de higiene, distanciamento social e atendimento médico.

Via LAI, a SAP informou que, até 8 de julho de 2021, 13.130 presos foram vacinados no estado em conformidade com as faixas etárias estipuladas no PEI (Plano Estadual de Imunização) ou por possuírem comorbidades, seguindo o cronograma definido para grupos prioritários da vacinação. A Defensoria Pública, no entanto, questiona o baixo número e diz que **o governo paulista não priorizou em nenhum momento a população carcerária**. Uma decisão da Justiça, do dia 21 de julho, chegou a obrigar o governo de SP a vacinar todos os presidiários do estado em 15 dias, **mas logo em seguida a decisão foi suspensa**.

Segundo o Núcleo Especializado de Situação Carcerária da Defensoria, o atraso da vacinação de pessoas presas em São Paulo demonstra uma série de negações de direitos, uma vez que o governo estadual não tem garantido a estas pessoas acesso à vacinação no mesmo ritmo e calendário estabelecido para o restante da popu-

³ https://www.sifuspesp.org.br/images/2021/marco/pg_0012.pdf.

lação. Por exemplo, do total de presos nos regimes fechado e semiaberto, 22 mil têm algum tipo de comorbidade - condição que, para a população em geral, significou já ter a imunização garantida em julho de 2021.

SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

Muito embora a reportagem tenha se detido à realidade do sistema prisional adulto, outro ambiente que merece menção são os centros de internação de adolescentes em conflito com a lei. Nestes espaços, as condições de higiene são também precárias e muitas das dificuldades relatadas para o sistema prisional se repetem. Para São Paulo, dados do CNJ mostram que o estado registrou 895 contaminações por Covid-19 entre adolescentes privados de liberdade, sem mortes, e 1.950 servidores contaminados, com 33 óbitos.

CONCLUSÃO

O trabalho da Defensoria Pública de São Paulo se mostrou indispensável para a construção desta reportagem investigativa. Mesmo que a realidade tenha sido longe da ideal, como visto no relato da Marina sobre sua mãe, Fernanda, o Núcleo Carcerário da Defensoria buscou diminuir os impactos da distância entre pessoas presas e familiares e ajudou a criar um modelo mais coordenado de ponte entre as cadeias e o mundo externo. Ainda assim, apesar de ter a maior população carcerária e ser o estado mais rico do país, São Paulo apresenta muitas falhas no que se refere à efetivação de um modelo que priorize os direitos das pessoas presas e lhes garanta plena dignidade.

GRÁFICO GERAL COM 178 UNIDADES PRISIONAIS EM TODO O ESTADO



SUPERLOTAÇÃO



FAZEM RACIONAMENTO DE ÁGUA



SERVIDORES

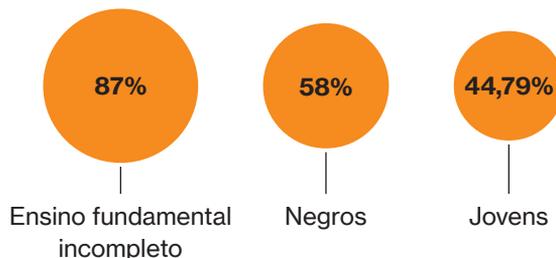


Dados: 1 até o fim de julho de 2021, ou 82,5% do total.

COVID-19 NAS PRISÕES DE SÃO PAULO

212 MIL

pessoas encarceradas



22 mil

têm algum tipo de comorbidade

13.130 vacinados

até fim de julho de 2021

ATÉ 23 DE JULHO

18.575 testados

14.904 casos

confirmados de Covid-19

75 mortes

Conhecer para enfrentar: Demandas e articulações em rede nos sistemas prisional e socioeducativo de São Paulo

Conectas Direitos Humanos¹

Instituto de Defesa do Direito de Defesa²

Instituto Sou da Paz³

Instituto Terra, Trabalho e Cidadania⁴

¹ A Conectas existe desde 2001 para proteger, efetivar e ampliar os direitos humanos. A organização faz isso propondo soluções, impedindo retrocessos e denunciando violações de direitos. <https://www.conectas.org/>.

² O Instituto de Defesa do Direito de Defesa atua desde 2000 para que todas as pessoas tenham direito à ampla defesa e ao processo justo frente ao poder punitivo do Estado. <https://idd.org.br/>.

³ O Instituto Sou da Paz atua desde 1999 por uma sociedade mais justa e menos violenta por meio da mobilização da sociedade e do Estado e da difusão de práticas inovadoras na segurança pública. <http://soudapaz.org/>.

⁴ O Instituto Terra Trabalho e Cidadania é uma organização de direitos humanos que se dedica desde 1997 à discussão das desigualdades de gênero, especificamente no contexto do encarceramento feminino. <http://ittc.org.br/>.

Em meio à pandemia de Covid-19, vimos o reforço da política de descaso com a vida das pessoas encarceradas e de adolescentes cumprindo medida socioeducativa. Em nome da contenção da crise sanitária, o poder público rapidamente adotou medidas que resultaram em suspensão de direitos, como a interrupção de visitas e a restrição ao acesso à justiça. Isto sem enfrentar o fato de que as condições de detenção nos locais de privação de liberdade tornam impossível a observação das normas sanitárias⁵ apontadas pela Organização Mundial da Saúde como fundamentais para a prevenção à contaminação da Covid-19, tais como isolamento físico, higienização e uso de máscaras.

Na outra ponta do sistema de justiça criminal, dois movimentos mais ou menos antagônicos lidavam com a crise sanitária nos presídios. De um lado, o Conselho Nacional de Justiça editou as Recomendações nº 62, 68, 78 e 91, com o intuito de orientar o Poder Judiciário na promoção do desencarceramento durante a pandemia; de outro, verificou-se que grande parte dos magistrados brasileiros ignorou a crise e seguiu decretando prisões, inclusive de pessoas que deveriam ser soltas.

Foi o que demonstrou o relatório “Justiça e negacionismo: como magistrados fecharam os olhos para a pandemia nas prisões”⁶, do Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD). O documento foi resultado do “Mutirão Pandemia Covid-19: Pelo Direito de Defesa da Vida”, que teve como objetivo contribuir para a implementação das Recomendações do CNJ, por meio de pedidos de liberdade no processo de pessoas presas provisoriamente no estado de São Paulo que se enquadravam nos critérios estabelecidos por tais recomendações. O mesmo relatório aponta que as justificativas para manter as pessoas presas foram marcadas pela priorização de entraves formais do processo, pela desconsideração da situação insalubre das prisões brasileiras, pelo distanciamento dos magistrados com relação à realidade de vida das pessoas presas, dentre outros elementos que demonstram que **o Poder Judiciário paulista não atuou de forma coordenada e responsável para preservar a saúde e a vida da população presa.**

5 Segundo dados do SISDEPEN, o déficit de vagas em 2020 era de 231.768, ou seja, a superlotação do sistema carcerário brasileiro era de mais de 150%. Disponível em: www.encurtador.com.br/fqGW2. Acesso em: 09 ago. 2021.

6 Disponível em: <https://iddd.org.br/wp-content/uploads/2021/08/iddd-relatorio-negacionismo-final-2.pdf>. Acesso em 04 out. 2021.

Justiça e Negacionismo (IDDD):

448

casos em São Paulo

Soltura em 26,3% dos casos

28%

dos magistrados

mencionam a

Recomendação 62

do CNJ para soltar,

enquanto

39%

mencionam para

manter a prisão

Ou seja: o documento foi mais utilizado

pelos magistrados para negar do que

para garantir que pessoas saíssem da

prisão durante o período da pandemia.

Neste cenário de descasos e agravamentos, as organizações da Rede Justiça Criminal em São Paulo – Conectas Direitos Humanos, Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD), Instituto Sou da Paz e Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC) – tiveram atuações diversas e complementares na busca pela garantia dos direitos humanos da população presa no contexto de pandemia.

Historicamente, a Conectas monitora e denuncia violações cometidas pelo Estado e confronta o governo brasileiro em fóruns internacionais, realizando ações de litigância estratégica nacionais e internacionais, inspeções regulares a estabelecimentos prisionais e incidências políticas e judiciais. Além da incidência direta, a organização também produz conhecimento, tais como pesquisas e relatórios a partir de requerimentos de informação, consultas em plataformas públicas e compilações sobre as visitas *in loco*. Mantém, ainda, o site Carcerópolis⁷, no qual é feita uma compilação de da-

7 Carcerópolis é uma iniciativa da Conectas Direitos Humanos. Disponível em: <https://carceropolis.org.br/>. Acesso em 21 de jul. de 2021.

dos e outras publicações sobre o sistema prisional que sirvam de apoio para o trabalho de pesquisadoras e pesquisadores da área.

Similarmente, com a chegada da pandemia de Covid-19, o IDDD voltou seus esforços para proteger o direito à saúde e à vida da população privada de liberdade, monitorando e intervindo na situação das prisões insalubres, superlotadas e extremamente vulneráveis ao vírus. Dentre as principais ações realizadas, destacam-se: (i) atuação na ADPF 347, que declarou o Estado de Coisas Inconstitucional do sistema prisional brasileiro, para que se determinasse a adoção de medidas de redução da população carcerária, considerando, sobretudo, pessoas presas que faziam parte de grupos de risco; (ii) ação em face do estado de São Paulo, em parceria com o escritório de advocacia Tozzini Freire, requerendo a adoção de medidas emergenciais de mitigação do contágio para proteção da população carcerária do estado; (iii) envio de pedidos de acesso à informação para órgãos estaduais da administração penitenciária e para o DEPEN, solicitando dados a respeito de medidas de mitigação e prevenção do contágio; e (iv) realização de mutirão carcerário pela liberdade de pessoas presas provisoriamente, a partir da Recomendação nº 62 do CNJ.

O Poder Judiciário paulista não atuou de forma coordenada e responsável para preservar a saúde a vida da população presa. Coube à sociedade civil organizada, movimentos e familiares fiscalizar, denunciar e defender os direitos das pessoas privadas de liberdade.

O Instituto Sou da Paz, por sua vez, deu continuidade à sua atuação com medidas socioeducativas, que faz parte do esforço da organização em contribuir para o debate acerca do sistema socioeducativo com foco na prevenção da violência. Durante a pandemia, o Instituto teve que readequar diversas atividades, buscando garantir a articulação e atuação com os parceiros do sistema socioeducativo. Por meio destas parcerias com territórios e suas políticas locais, o Instituto Sou da Paz trabalhou para promover a qualificação do atendimento socioeducativo, sobretudo em meio aberto.

Por fim, desde o início da pandemia, o ITTC seguiu com o atendimento direto a pessoas priva-

das de liberdade e teve seu volume de demandas aumentado. Neste contexto, a organização também atuou como Amicus Curiae em ações judiciais estratégicas, como nos HCs Coletivos 143.641/SP e 568.981/SP. Em articulação com as demais organizações da Rede Justiça Criminal, também realizou denúncias à Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre propostas inconstitucionais e inconvencionais sobre arquitetura prisional. Ainda, reconhecendo a centralidade do papel de mulheres sobreviventes do sistema penal na discussão sobre justiça criminal, tem estreitado sua atuação junto a organizações de familiares para promover espaços de formação e discussão.

É, então, a partir de percepções derivadas das ações realizadas, bem como do trabalho de outros atores e organizações no âmbito do sistema prisional e socioeducativo, que as organizações de São Paulo apontam para o fato de que **as pessoas presas estão sendo deixadas para morrer**. Esse debate se faz presente há tempos, mas é importante ressaltar que nem mesmo a pandemia, que afetou e mudou o modo de vida de tantas pessoas, foi capaz de convocar os atores públicos a assumirem suas responsabilidades sobre a vida e saúde das pessoas encarceradas. Diante da escolha entre a saúde e integridade física de milhares de pessoas privadas de liberdade e a negligência e escalonamento do punitivismo, prevaleceu a segunda opção.

As experiências das organizações da RJC com atuação em São Paulo, durante a pandemia de Covid-19, deixam nítido que as pessoas privadas de liberdade estão tendo seus direitos cada vez mais violados, tão logo são detidas.

PRISÕES, PANDEMIA E O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Diante deste cenário, uma **importante atuação na tentativa de frear a disseminação da Covid-19 nas prisões se deu em torno da ADPF 347**. Em 2015, o STF reconheceu o estado de coisas inconstitucional e deferiu dois dos pedidos feitos pelas organizações da sociedade civil: a obrigatoriedade das audiências de custódia e a liberação pelo Poder Executivo do fundo reservado para o sistema prisional. Já em 2020, com a ação ainda em trâmite, as organizações, juntamente com parceiros e parceiras, apresentaram dois requerimen-

tos incidentais que visavam à prevenção contra a Covid-19 no sistema prisional.

Em ambos os casos, foram apresentadas sugestões de medidas direcionadas a grupos específicos, a serem adotadas pelo Poder Judiciário, e que pudessem preservar ao máximo a vida e saúde das pessoas em situação de privação de liberdade – tais como a liberdade condicional, o regime domiciliar, a substituição da prisão provisória por medidas alternativas e a progressão de regime. Estas medidas foram pautadas uma vez que não havia vacinas finalizadas e aprovadas e, portanto, ainda não se falava em um plano nacional de imunização em que as pessoas privadas de liberdade estivessem como grupo prioritário. Embora a urgência das providências tenha sido reconhecida, os pedidos foram indeferidos pela Corte Suprema.

Meses depois, o STF determinou a substituição da prisão preventiva pela domiciliar àquelas pessoas que têm sob sua única responsabilidade a tutela de crianças de até 12 anos ou pessoas com deficiência. Já em 2021, organizações da Rede Justiça Criminal participaram de audiência pública promovida pelo Supremo a fim de debater essa decisão e a urgente necessidade de reduzir o número de pessoas encarceradas, além das preocupações com a subnotificação de casos de Covid-19 dentro do sistema prisional.

A atuação na pandemia também foi marcada por outro retrocesso que segue em disputa no âmbito da justiça criminal: a **tentativa de virtualização permanente das audiências de custódia, para além do contexto pandêmico, ignorando o caráter essencial desse instrumento** de enfrentamento à tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos e degradantes, problema histórico do Brasil. Nesse contexto, as organizações da Rede se articularam e seguem em mobilização para barrar qualquer medida que represente um ataque à função das audiências de custódia.

INCOMUNICABILIDADE E FALTA DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Ao contexto deflagrado de extrema vulnerabilidade, soma-se a **precária ou inexistente comunicação acerca do que tem vivido a população presa durante a pandemia**. O surgimento, logo no início da crise, de ferramentas do terceiro setor para sistematizar e comunicar dados de contaminação nas prisões, a exemplo do trabalho realizado pelo Infóviro⁸, é um demonstrativo de que essas informações não estavam sendo suficientemente obtidas e fornecidas pelo poder público.

⁸ Mais informações em: <https://www.covidnasprisoas.com/infovirus>.

A exemplo, uma das primeiras medidas adotadas pelo governo foi a suspensão das visitas nas unidades penitenciárias, o que impactou profundamente a vida das pessoas presas e familiares. A incomunicabilidade entre a pessoa que está privada de liberdade e seus e suas familiares e amigos(as)



gera resultados graves não só afetivos, mas também à saúde das pessoas presas, uma vez que são visitantes que garantem o acesso a itens básicos de higiene e alimentação. Outro ponto que merece atenção foi o alargamento das dificuldades no acesso à defesa, manifestado pela suspensão dos prazos processuais por longos períodos, pela restrição do atendimento ao público em geral das unidades das defensorias públicas e nos Fóruns e pela tardia e limitada implementação de atendimentos por videochamada nas unidades prisionais – que, de nenhum modo, substituem o atendimento presencial.

Foram elaborados diversos requerimentos de informação direcionados às Secretarias de Administração Penitenciária dos estados para averiguar qual a situação das pessoas privadas de liberdade em um momento tão delicado, a fim de que as respostas pudessem subsidiar novas intervenções no Judiciário. Nesses requerimentos, se questionava se as pessoas sob a custódia do Estado estavam recebendo suficientes itens de higiene e alimentação, se havia controle e adoção de medidas de biossegurança e em quais termos, além das estatísticas de pessoas contaminadas com o vírus e quais medidas estavam sendo adotadas em casos positivos. Na busca por contribuir com a transparência das informações sobre a Covid-19 nas prisões e produzir dados sobre a população carcerária neste contexto, IDDD e ITTC se debruçaram sobre o tema ao longo da pandemia.

Por sua vez, entre os anos de 2014 e 2018, a Conectas Direitos Humanos realizou, junto a organizações parceiras, inspeções presenciais nos sistemas prisional e socioeducativo, sejam eles localizados em São Paulo ou em outros estados, a exemplo do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, no Maranhão⁹. Na pandemia, contudo, a organização se deparou com a impossibilidade de que fossem realizadas inspeções in loco. Assim, as organizações da Rede se esforçaram para conseguir o maior número de informações sobre o enfrentamento da pandemia nesses espaços a fim de cobrar providências do poder público, mesmo cientes do desafio que é ter acesso a informações reais e completas sobre o sistema prisional sem acesso físico às unidades. A dificuldade em saber a real situação na qual as pessoas privadas de liberdade se encontram já existia no cenário sem pandemia, e se agravou. Neste sentido:



Oficina realizada pelo Instituto Terra, Trabalho e Cidadania durante a pandemia de Covid-19

Fonte: ITTC

A crise sanitária reforçou ainda mais a necessidade de mecanismos fortes e independentes que possam averiguar a situação no local de cumprimento de pena, a fim de preservar a vida, a saúde e a integridade física e psicológica das pessoas custodiadas.

Outra ação relevante durante o período foi a ampliação do site Covid nas Prisões¹⁰, que contou com a contribuição do Programa Justiça sem Muros (ITTC), em parceria com o Instituto de Estudos da Religião (ISER) e o Infovírus. O ITTC somou esforços à produção de conteúdo de denúncia e acesso à informação relacionados aos impactos da pandemia dentro do sistema prisional, a partir de um recorte de gênero. No mesmo sentido, o IDDD divulgou o relatório “Pedidos de Acesso à Informação. Dados sobre a Covid-19 no sistema prisional no 1º e 2º quadrimestres de 2020”, em que expôs informações sobre números de suspeita de contaminação, infecções, óbitos e testagem de Covid-19 entre pessoas presas e agentes penitenciários, bem como detalhes a respeito de medidas de mitigação e prevenção do contágio nas unidades prisionais de todos os estados brasileiros.

OBSTÁCULOS ÀS ATIVIDADES PRESENCIAIS

Diante da necessidade de se restabelecer prioridades e reformular estratégias frente às urgências impostas pela crise sanitária, as organizações da Rede Justiça Criminal também se viram obrigadas

⁹ Relatório “Violação Continuada: dois anos da Crise em Pedrinhas”. Disponível em: <https://www.conectas.org/noticias/violacao-continuada-dois-anos-da-crise-em-pedrinhas/>.

¹⁰ <https://www.covidnasprisoes.com/>.

a transformar seus métodos de trabalho e adequar suas formas de atuação. O Sou da Paz e o ITTC, organizações que atuam diretamente com as pessoas em conflito com a lei e profissionais de políticas públicas, encararam o desafio de manter vivos projetos que tinham como essência o atendimento e o encontro presenciais.

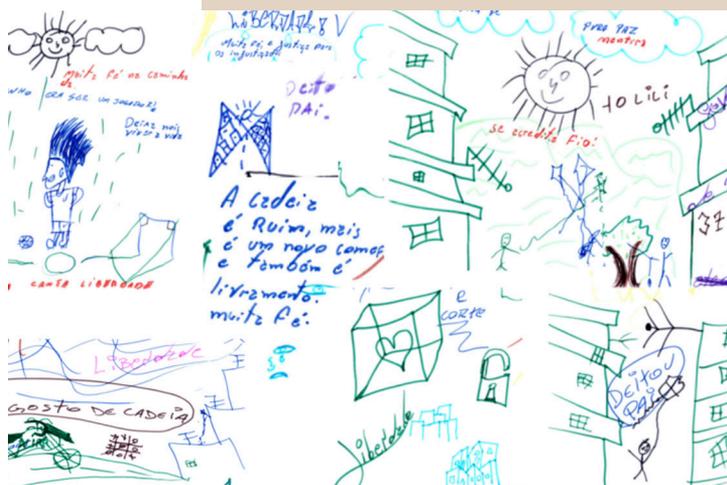
O projeto “Na Medida”, realizado pelo Instituto Sou da Paz na Zona Norte da cidade de São Paulo, teve suas atividades ameaçadas de interrupção no início da pandemia, dada a necessidade de isolamento físico. Apesar das dificuldades iniciais, o projeto passou por modificações que envolveram o ajuste da metodologia para a modalidade remota e desenvolveu formações com profissionais responsáveis pelo acompanhamento das medidas socioeducativas em meio aberto nos bairros de Freguesia do Ó, Brasilândia e Jaçanã.

Uma conquista do projeto foi a retomada das discussões sobre o trabalho socioeducativo, ainda que em um momento de falta de clareza das equipes sobre como se daria, à distância, um trabalho que pressupõe a presença, como é o caso do atendimento socioeducativo. Dessa forma, mostrou-se importante construir um espaço, mesmo que remoto, em que as equipes pudessem refletir e trocar sobre suas práticas e anseios, sobretudo considerando o novo e desafiador contexto.

Mesmo com todos os desafios impostos, o quórum e a qualidade das discussões e encaminhamentos práticos se mantiveram e foi possível abordar temas importantes vivenciados no momento, como a suspensão das medidas socioeducativas em meio aberto, os protocolos de saúde para a Covid-19, a segurança alimentar dos e das adolescentes e suas famílias, a questão das aulas à distância e demandas de saúde mental.

Adolescentes e jovens precisam narrar suas próprias histórias

Nesse mesmo sentido, considerando as vozes e afetos dos/as jovens, no final de 2020 o Instituto Sou da Paz escutou adolescentes e jovens da Fundação CASA sobre os desafios gerados pela pandemia, especialmente em virtude da suspensão das visitas de familiares e da suspensão das atividades escolares, profissionalizantes e culturais. Já não bastasse a



Afetos - Produção dos adolescentes e jovens da Fundação CASA
Fonte: Instituto Sou da Paz

privação de sua liberdade, ter esses contatos com o mundo externo restringidos intensificou o isolamento vivenciado por eles e despertou demandas afetivas bastante consistentes. O desafio encontrado pelo Sou da Paz foi o de criar um espaço acolhedor para acessar as demandas relacionadas aos afetos e garantir um ambiente de trocas, falas, reflexão e descontração; para isso, foi necessária a utilização de diferentes linguagens.

A necessidade de amplificar a voz dos/das adolescentes e jovens, especialmente sobre os desafios vivenciados no decorrer da pandemia, também se mostrou necessária no início deste ano. Assim, em parceria com os/as profissionais da Associação de Lutas e Promoção Social, do Fórum de Medidas Socioeducativas da Freguesia do Ó/Brasilândia e com a transformadora social #CAUSAR, foi desenvolvido um podcast, que tem como objetivo ser uma ferramenta socioeducativa e transformadora, capaz de **empoderar os/as adolescentes e jovens a narrarem suas próprias histórias e desafios vivenciados durante a pandemia**.

Com desafios semelhantes, o Projeto Mulheres Migrantes, do ITTC, passou a realizar remotamente os atendimentos às mulheres migrantes em conflito com a lei penal, bem como garantiu a manutenção, via cartas, da comunicação entre mulheres presas e seus familiares. Trabalhos como este, que antes da pandemia já se mostravam essenciais para a garantia de direitos de mulheres encarceradas, durante a pandemia se tornam ainda mais imprescindíveis. Assim, desde abril de 2020, os atendimentos aumentaram significativamente, sendo que 37% do total foram relacionados a demandas ligadas à pandemia, tais como a suspensão de atendimentos em serviços públicos, o acesso ao auxílio emergencial do governo federal, o acionamento de redes e a necessidade de cestas básicas de alimentos e higiene.

37% dos atendimentos realizados pelo ITTC a mulheres migrantes privadas de liberdade foram relacionados a demandas ligadas à pandemia.

GARANTIAS DE SOBREVIVÊNCIA

A justiça criminal atinge majoritariamente pessoas negras e pobres que vivenciam vulnerabilidades socioeconômicas, que têm se recrudescido durante o período da pandemia. Inúmeras famílias estão enfrentando dificuldades para sobreviver sem alimentação adequada, sem acesso a gás de cozinha e em severa pobreza, cenário em que se destaca a urgência de garantir a distribuição de cestas básicas. Foi nesse contexto que o ITTC se deparou com **demandas em torno de necessidades básicas de sobrevivência, como a alimentação**. O Instituto, então, através de aporte concedido pela Rede Justiça Criminal, tomou a iniciativa de realizar uma parceria com a Rede Rua para possibilitar a compra e a entrega de cestas básicas às mulheres atendidas pelo ITTC e suas famílias, entendendo que, no atual cenário, garantir os meios de sobrevivência se constitui como forma de resistência ao contexto vivido por essas mulheres.

O Instituto Sou da Paz, por sua vez, também se deparou com a questão da insegurança alimentar vivida pelas famílias dos e das adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa, problema que foi, na verdade, intensificado no contexto da pandemia. Em articulação com os serviços de medidas socioeducativas parceiros, e também com aporte da RJC, foram distribuídos cartões alimentação, como forma de complementar o auxílio alimentação que vinha sendo realizado pelos serviços, além do apoio com entrega de máscaras de tecido como forma de minimizar os efeitos de contágio e disseminação da doença.

Trabalhos como os realizados pelo Sou da Paz e ITTC, em que são evidenciadas necessidades básicas de sobrevivência das pessoas atendidas, como a falta de comida e de materiais básicos de higiene, reiteram as **constatações já apontadas por dados oficiais acerca de quem é o público alvo do sistema de justiça criminal brasileiro**.

Afirmar que as pessoas presas estão sendo deixadas para morrer nos sistemas prisional e socioeducativo deve ser entendido em conexão com o seu perfil. São, em sua maioria, pessoas negras e em situação de vulnerabilidade social¹¹ que estão sendo deixadas para morrer.

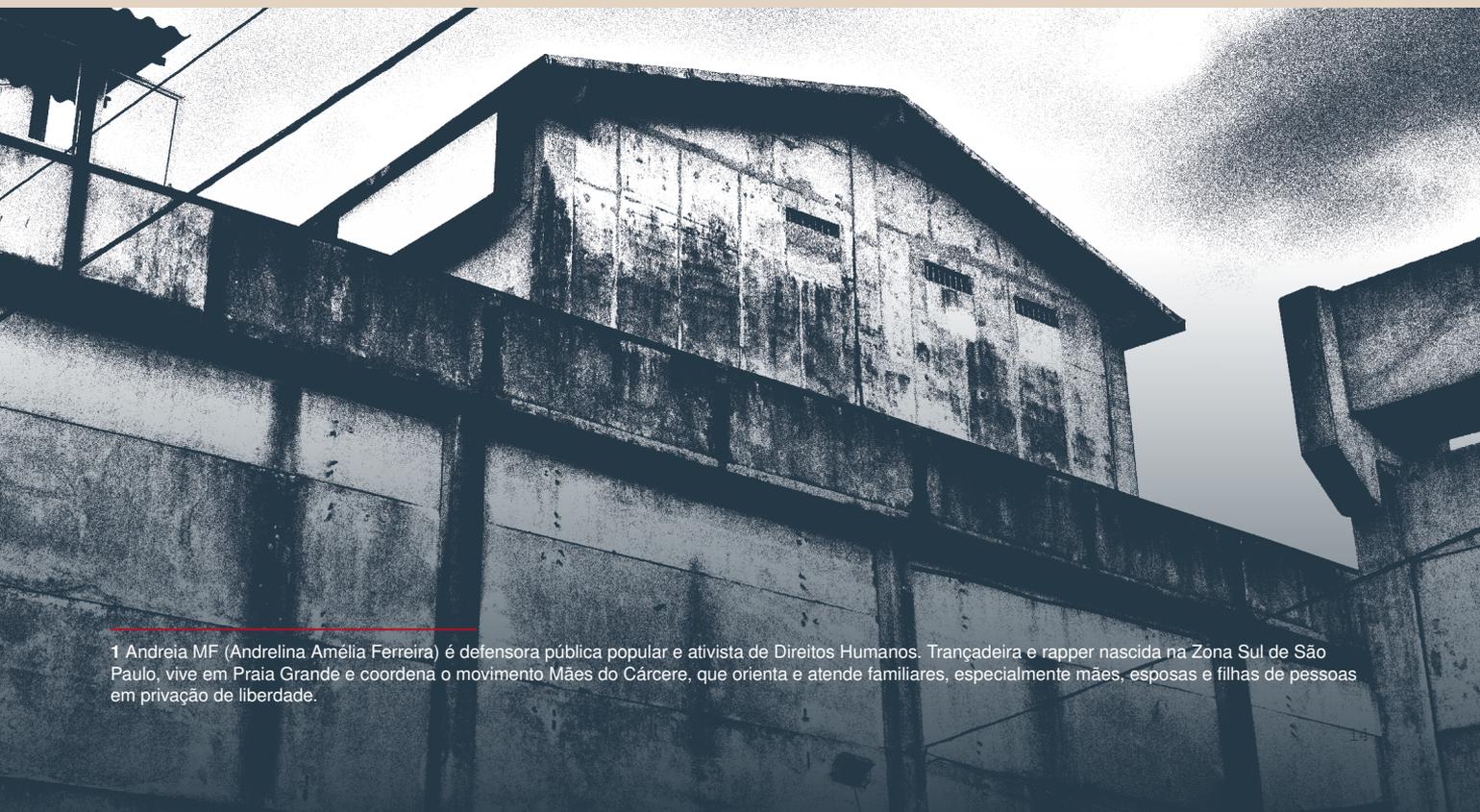
O papel cumprido pelo poder público, de descaso com a saúde e a vida das pessoas presas, representa uma seleção acerca de quais vidas devem ser preservadas e quais vidas “valem menos” e, portanto, podem ser perdidas.

As organizações da RJC no estado de São Paulo têm, com este boletim informativo, o objetivo de contribuir com a denúncia que organizações da sociedade civil e a luta dos movimentos sociais vêm fazendo acerca de ataques aos direitos humanos sofridos por aqueles e aquelas que têm suas vidas atravessadas pela privação de liberdade. No sentido de somar forças ao balanço histórico sobre o período em que vivemos, reafirmamos que cada vida perdida significa histórias interrompidas e que é necessário seguir lutando para salvar a vida das pessoas que seguem sob o risco constante e profundo de perdê-la.

¹¹ Segundo dados do INFOPEN (2019), 66% da população prisional é formada por pessoas negras (pretas e pardas) e 62% são jovens, entre 18 e 35 anos.

Sem a presença do Estado, mães e familiares lutam pela garantia de direitos nas prisões

ANDREIA MF – Mães do Cárcere¹



¹ Andreia MF (Andreina Amélia Ferreira) é defensora pública popular e ativista de Direitos Humanos, Traçadeira e rapper nascida na Zona Sul de São Paulo, vive em Praia Grande e coordena o movimento Mães do Cárcere, que orienta e atende familiares, especialmente mães, esposas e filhas de pessoas em privação de liberdade.

[ENTREVISTADORA] Boa tarde, Andreia.

Obrigada por aceitar conceder esta entrevista para a Rede Justiça Criminal. Para começar, você pode contar um pouco do histórico e surgimento do movimento Mães do Cárcere?

[ANDREIA] O movimento Mães do Cárcere surgiu através da Defensoria Pública do estado de São Paulo, dos defensores Bruno Shimizu e Patrick Lemos. Era um projeto para mães que estavam com seus filhos dentro da barriga quando eram presas. Era o projeto “Mães em Cárcere”. Nisso eu já era ativista social, já era Andreia, e entrei na Amparar para dar força em algumas pautas. Fiquei algum tempo lá, mas comecei a sentir a necessidade de criar um filho: porque projeto é um filho pra gente, né? Aí eu pensei: “eu tinha que ter alguma coisa que fosse com a minha cara”. Eu estava sentindo a necessidade de ter um movimento com a minha identidade, né? Aí foi quando eu pensei “mãe”, “mãe”... todo mundo já me chamava de mãe, mãe preta, mãe Andreia. Nisso fiquei sabendo do projeto do Patrick e do Bruno, que já existia há anos, e perguntei: “eu posso usar o Mães do Cárcere?”. Ele falou: “você é quem melhor representa o projeto, fica à vontade”.

Aí eu comecei. Eu vi que deu certo logo de cara porque a gente entrou na diocese de Santos e eu ganhei uma homenagem lá com o movimento. E aí ficou o nome Mães do Cárcere. Fomos fazendo várias coisas, e eu me aproximei mais do projeto que eles escreveram na época, que foi o trabalho com as mulheres no cárcere. E eu não abandonei, eu agreguei isso na minha ONG, no meu movimento. Agreguei e abri o leque. Porque eu também estava vendo que não apareciam só mães e esposas que tavam com o marido detido, e sim mulheres que eram vítimas de violência, mulheres que tavam com dependência química... vários temas. E assim foi indo, as coisas evoluíram e hoje Mães do Cárcere é um leque completamente aberto. Mães do Cárcere atua tanto em direito à moradia – a gente vai para rua, a gente vai para o Ministério Público, eu reúno a comunidade toda e vamos na prefeitura... – como com pessoas vítimas de violência, tanto policial como violência doméstica; mães que têm os filhos com dependência; mães e esposas de quem está no sistema prisional e mães que entram no cárcere com a criança no ventre.

[E] E há quanto tempo existe o projeto?

[A] Ah, já tem uns oito, nove anos como Mães do Cárcere. Mas já tenho muito mais tempo como ativista. Eu sou de 1993, 92. Na época da rebelião na casa de detenção, em 1992, que morreram mais de

111 presos, eu estava no portão - eu tava até com o Gil Gomes, que era um radialista policial - e não foram 111 presos, foram mais, né. A gente sabe disso, mas enfim. Meu marido, pai dos meus filhos, o Laurinho, ele estava no Pavilhão 8, barraco 3221. E eu estava grávida do Evandro na época, de poucos meses, acho que 2, 3 meses, e eu fiquei lá no portão. Então, quando eu fiquei no portão, eu já vi que ali eram pessoas que não aceitavam, que contrariavam o Estado, estavam ali para questionar. Eu estava ali para lutar, estava ali para proteger. Então, como eu costumo dizer, foi ali que nasceu o meu movimento.

[E] E hoje em dia, quem compõe o movimento junto com você? Tem outras pessoas que participam?

[A] Eu sou a líder do movimento, mas somos quatro mulheres. Existe a Micaela em Mogi [das Cruzes], a Simone em Marília, e mais duas em São Paulo. Elas entraram agora com a pandemia. A gente tem um grupo de WhatsApp, e elas tomam conta do grupo. Às vezes eu não posso ficar em todos os grupos porque meu celular é uma maravilha, né, não suporta [risos]. Aí elas ficam. Inclusive, a Micaela está se formando agora em Direito. E é familiar de preso.

[E] Você mencionou a pandemia, então aproveite para te perguntar: o que você acredita que mudou nesses tempos de pandemia? Quais foram as principais dificuldades e como isso impactou no projeto?

[A] Olha, **foi o pior momento que estamos passando**. Agora deu uma melhorada, porque já voltou um pouco as visitas, mas foi muito punk mesmo. **Porque as famílias não tinham resposta**. Elas vinham atrás de mim, porque eu sempre dava resposta para tudo, e eu me senti impossibilitada de dar a informação que elas buscavam. Antigamente, eu ia na porta do presídio, eu questionava o diretor de disciplina, e não pude fazer isso dessa vez.

No projeto nós temos o Centro de Detenção Provisória (CDP) da Praia Grande, temos a penitenciária de São Vicente, a I e a II, temos Mongaguá, no litoral né, que é um semiaberto, e um CPP [Centro de Progressão Penitenciária]. E eu me reuni com as líderes do CDP da Praia Grande pra gente pensar, bolar uma estratégia pra gente poder ter informação. Pra que houvesse a informação, tivemos que fazer a troca. O que é a troca? É uma troca de mostrar que estamos do mesmo lado; porque quando a gente se apresenta na porta da penitenciária ou do Ministério Público como “Mães do Cárcere”, já soa um nome pesado, sabe? Tem um preconceito. Aí eu comecei a fazer diferente: A

gente fez uma vaquinha pelo grupo de WhatsApp, porque eu já estava com muitas mulheres no grupo de WhatsApp, e comecei a falar: “gente, olha, vamos fazer o seguinte: a gente vai ter que burlar o sistema. A gente vai na porta do sistema, fazendo tudo dentro da Constituição, do decreto que foi criado, tudo bonitinho. Não pode muita gente, então vamos usar máscara, poucas pessoas, e vamos até lá levar álcool, cloro, comprar do nosso bolso”. E aí **levamos mais de cento e poucos litros de álcool, cloro**. Aí eu separava 5, 6 litros para os funcionários, os agentes ali da frente, e eles perguntavam: “por que o Mães do Cárcere tá doando 5 litros de cloro e álcool em gel pra nós que somos agentes?”. Eu falei:

"porque nós temos que cuidar de fora pra dentro."

Se vocês tiverem protegidos, vocês não vão contaminar lá dentro. Então tem que ter um cuidado daqui, porque são vocês que cuidam deles lá, não é? Eu vou deixar isso aqui e eu quero que vocês dividam esses outros aqui no Pavilhão A, B, C, D, e que chegue lá dentro”. Porque cada Pavilhão tem um setor, criado pelos próprios presos. Então aquilo chegava até ali e eles dividiam com a população... Eles chamam de “setor” os presos responsáveis por distribuir “marmitex”, jumbo quando chega... Eles também fazem parte da população, mas como eles são setor, são mais próximos dos agentes do que a população carcerária, então tudo chegava na mão deles e eles faziam a distribuição. E assim foi indo. Ah, só que eu exigi uma coisa do diretor, que ele me entregasse uma assinatura de que recebeu a doação, porque isso era feito em conjunto, em coletivo do grupo do Whatsapp. Uma doava um real, dois reais, e a gente precisava prestar conta.

Começamos a fazer um trabalho, também, com as mães. Porque a gente sabe que **penitenciária feminina não tem visita, né? A visita é uma mãe que vai, quando ela ainda existe, quando não é muito idosa. A fila é muito menor do que a penitenciária masculina**. E aí eu comecei a me preocupar com as mães gestantes. Afinal de contas, são Mães do Cárcere, eu estava levando o nome delas. E aí eu fiz uma campanha pela internet e, graças a Deus, o professor Luiz Fernando Oliveira e sua amiga Isabelle, que é uma advogada recém-formada, de Santos, se identificaram e começaram

a fazer uma campanha, arrecadamos um monte de fraldas, coisas para bebê. O prof. Luiz começou a fazer o posto de arrecadação no Capão Redondo, a Isabelle começou a fazer em Santos e eu aqui, e nós juntamos tudo. O Luiz ficou em São Paulo, então ele levava as coisas, com o nome do movimento, e eu pegava os itens com a Isabelle, junto com os que estavam comigo e levava para a Penitenciária Feminina de Santana.

Já o impacto que essa pandemia trouxe pra gente foi um pouco de conscientização, vindo pelo lado positivo. O negativo... poxa, muitas mortes deveriam ser evitadas. Esse é o negativo. Não adianta a gente falar de humanidade, se não tiveram conosco, né? Isso poderia ter sido evitado. Enfim, é o negativo que está havendo até hoje, tá chegando mais doença e a gente não sabe como vai ficar esse país, né? Perdi muita gente que amava, vi muita mãe perder seus filhos, maridos, avós. Enfim, é terrível.

[E] Andreia, pensando nas ações que vocês fizeram na pandemia, um dos pontos mencionados foi a questão do acesso e das visitas. Quais foram as principais dificuldades que vocês encontraram em relação ao acesso às unidades? E o que fizeram para tentar mitigar isso?

[A] Então, hoje a visita está de duas horas, né? Foi uma luta difícil, a gente entrou em contato com o Núcleo Carcerário do Estado de São Paulo e eles entraram com ação para pedir telefone fixo, que era pra ter contato com as famílias, seria um orelhão. Não foi autorizado, lógico. Ou então, **através de videoconferência, que só autorizaram cinco minutos**. E o e-mail *online*, aquela carta *online* – que mandam a carta e aí o preso responde. Mas assim, achei que naquele momento isso foi interessante, mas depois quiseram usar isso daí, né? O sistema, ele não dá ponto sem nó. Eles pensaram: “vou autorizar porque futuramente isso daí pode beneficiar”. De que forma? Eles queriam que a audiência [de custódia] fosse através de videoconferência. **Como que pode o juiz, o promotor, sentir a sensibilidade através de vídeo?** Aí eles já quiseram usar isso.

Outra coisa que eles gostariam muito de usar, através da carta online, é permitir o controle do que é escrito. Mesmo assim, eu ainda recebi alguns relatos que chegaram, não sei como eles conseguiram, mas

saiu informação de que tinha preso que estava comendo pasta de dente com papel higiênico, por causa da alimentação.

Aí foi quando eu dei uma entrevista para o New York Times², falando disso e mostrando o e-mail com a esposa do detento, que me passou, e tudo. Também chegou a situação de fome, **a reclamação toda** era: fome. **Eles passavam muita fome.** Também tivemos uma entrevista para o jornal O Globo³, e nela **o secretário da SAP fala que os presos estão super bem alimentados, e eles oferecem 3 refeições diárias.** Aí o defensor questiona que no mínimo seriam 4, né? Também questiona por que em algumas penitenciárias estava sendo testada a Covid, e em outras não? Por que só em Sorocaba? Por que não na penitenciária de Venceslau, em Lavínia, na Penitenciária Feminina? Aí o secretário não soube explicar. Mas tem lá, a entrevista. Foi muito boa.

[E] E para além do movimento Mães do Cárcere, como está funcionando a articulação com outros movimentos neste período de pandemia? Quais foram os momentos de maior articulação?

[A] Então, eu, por exemplo, tenho um grupo de WhatsApp com defensores públicos. Então todas as questões eu passo ali. Mas isso não significa que deveremos esquecer o preenchimento da maneira remota, do 0800, de entrar no site da Defensoria. É só para uma situação urgente. Tenho o WhatsApp de todo mundo e a gente conversa sobre a questão, das demandas. Mas quando é uma demanda muito urgente ou eu quero ter algum retorno, saber no que deu, aí eu vou ali e pergunto. Pra ajudar, foi a maneira encontrada. Eu tenho até que agradecer pela confiança, porque dificilmente um defensor público disponibiliza o seu WhatsApp particular, né? É raro isso. Mas enfim, tá dando certo. Ainda não acabou.

Na verdade, quando a gente fala do sistema prisional, não vai acabar nunca. A demanda é para sempre. Eu tava conversando com a minha amiga da Frente pelo Desencarceramento, e eu falei pra ela assim: "puxa, eu já fui em alguns eventos, eu acho super importante o 'Desencarcera já', mas é um sonho distante, hoje. Porque se a gente não tá tendo controle sobre o sistema, como é que vamos quebrar a grade e desencarcerar todo mundo?". Hoje é distante, quem sabe no futuro, né? Estamos lutando pelo futuro.

[E] Com certeza. Pensando ainda um pouco nas articulações e dificuldades da pandemia: como está funcionando o contato com as familiares e mães

que você atende? Como está sendo no dia-a-dia para chegarem até você?

[A] Então, eu coloco meu WhatsApp na página do Mães do Cárcere, que é uma página privada. Eu já criei ela dessa forma porque é uma página para denúncia, pra movimento, pra luta, uma coisa mais reservada, né? E a gente continua com o grupo de WhatsApp. E eu tenho um grupo também com as guias. O que é que são as "guias"? São as mulheres que agendam na porta da unidade com a senha. E elas são responsáveis pelos familiares, elas que são responsáveis de conversar, saber o que tá acontecendo no sistema e passar pra gente a denúncia. Eu tenho esse grupo e tenho um grupo com mais de não sei quantas familiares, de tudo quanto é lugar: Minas, Paraná. Eu chego até Oruro, na Bolívia, e também tive um caso de Angola.

[E] E Andreia, nessa articulação, nessas conversas com as familiares, tem algum relato que te chame atenção e que você queira compartilhar?

[A] Têm vários relatos, né? Um que me deixou triste foi a luta de uma mulher, durante 15 anos lutando pelo marido, e quando ele saiu de lá, ele abandonou a vida com ela por completo, a família, tudo. Quando eles saem, eles arrumam outra. Aí elas vêm me contar e eu sofro junto com elas. Porque só Deus sabe o que elas tiveram que passar.

Outro caso que me impactou, e que mexe comigo até hoje, foi quando aconteceu com meu filho, em 2010. Meu filho trabalhava de faxina, ficou 10 meses em uma firma, e aí ele foi pra uma festa e foi pego com duas cápsulas. E aí, eu acho que pela minha luta, quando viram que era meu filho, jogaram meu filho atrás das grades, disseram que meu filho era traficante. Duas cápsulas. Era uma e meia, uma e meia. Deu tráfico de drogas porque ele estava com R\$30,00 no bolso. Mas os R\$30,00 ele poderia provar que ele tirou esse dinheiro através do limite do cartão dele, enfim. E ele foi pra detrás das grades, ficou 9 meses, e saiu completamente louco. Era um menino que tinha sonho de ser promotor da Corregedoria. E eu nunca mais consegui recuperar meu filho. Lutei, lutei, corri, usei todos os meus conhecimentos, e eu não consegui salvar meu filho. Em 2017, meu filho subiu uma avenida expressa aqui onde passa carro, ônibus, sem parar. E morreu. O sistema prisional, o Estado conseguiu me levar o menino de sonhos, menino preto, de favela, e me devolveu ele com dependência, que é doença de saúde pública, mas não era ladrão, não tinha antecedentes criminais, e disseram que ele era traficante.

2 Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/04/26/world/americas/coronavirus-brazil-prisons.html>. Acesso em 22 out. 2021.

3 Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8665612/>. Acesso em 08 nov. 2021.

Levaram ele com sonhos e devolveram ele com distúrbio, internado, e depois levaram a vida dele. Então estes são os relatos que eu tenho do cárcere.

Bom, também tenho uma história positiva. Édio, o nome dele. Foi preso duas vezes e na última vez que ele saiu, agora, já tem uns 3 anos, ele veio na minha porta com a carteira registrada, ele conseguiu estar trabalhando. E o Édio é uma pessoa muito simples, humilde. Filho da dona Vânia, mas ele tá trabalhando com a carteira registrada. Não é o melhor emprego, mas é o melhor modo que ele escolheu pra vida dele. Então o lado positivo é quando eu me deparo com pessoas que não se deixaram levar, virar marionete do sistema.

Porque o sistema é isso:

eles querem que você volte.

Eles querem que você enlouqueça.

Existe dinheiro por trás disso. Cada preso custa em média R\$3.500. E eu vou falar: com um salário mínimo nós conseguimos viver, comprando ovo, o gás que tá um absurdo. Imagina com 3 mil? E é com esses 3.500 que dizem que preso tem a refeição diária, acompanhado por nutricionista, mas você chega lá e o cara está todo inchado, não tem remédio, não tem médico. E é a família que sustenta o preso lá dentro, e deixa de comer aqui fora pra sustentar ele lá dentro. Com pão, produto de higiene pessoal, isso é obrigação do Estado, não é obrigação da família, né? **É obrigação do Estado dar o sabonete, o papel higiênico, a pasta de dente, a escova de dente, a roupa.**

Mas aí eu descubro que é uma fábrica financeira isso daí, todo mundo ganha com isso. Cada penitenciária que você for, você pode observar que existe uma barraquinha. Essa barraquinha ven-

de bolo, vende roupa pra quem não sabe as roupas adequadas de entrar... então alguém está ganhando ali. Você vai numa loja da cidade, aí tá vendendo a camiseta branca, a calça da cor do presídio tal... a família quando chega, eles perguntam: "qual a penitenciária que tá?". "Ah, tá em CDP". "CDP é essa cor". Mas isso é obrigação do Estado. Eu entrei com uma denúncia, acho que foi em 2016, através do Repórter Record, e denunciei tudo isso aí. E em uma decisão que o repórter fala que "é uma decisão histórica", liberaram cerca de 2 milhões de reais pra comprar colchão. Porque eu denunciei que as próprias famílias estavam levando colchão. Então não entendi nada. Pra isso, solta o cara e bota o cara pra viver dentro de casa; pelo menos já tem o colchão, já tem a cama, já tem as roupas dele. Enfim, eu acho que é responsabilidade da instituição, né? Mas não se responsabilizam.

E as famílias, a grande maioria, são leigas: "não está acontecendo com o meu marido, com o meu filho, então é melhor eu não me envolver". Não tem união... elas só se unem quando a situação tá precária, tá morrendo gente lá dentro. E elas não sabem quem é, então pensam que "pode ser o meu". Aí entra todo mundo em desespero.

[E] E nesse momento que estamos vivendo, com a pandemia, como está isso?

[A] Tá difícil, tá difícil. Bem, agora as famílias não estão mais preocupadas, porque estão indo duas horinhas. Também começou a vacinação dentro das penitenciárias. Então, tá mais tranquilo, aí ninguém mexe com nada. Agora, quando piora... isso daí é um problema. **Porque não teve que vir a pandemia pra gente falar do sistema prisional. A pandemia só agregou. Só mostrou o que a gente já estava passando há muito tempo.** Mas a situação do cárcere é essa... e eu não sei quando a gente vai conseguir conscientizar a sociedade. Porque tem que conscientizar, o trabalho tem que ser feito com a sociedade. Quando o cara rouba um celular, rouba uma bicicleta e vai pro cárcere, ele não tá se recuperando não. Ele tá saindo de lá envolvido em facções, ele tá saindo de lá envolvido com coisa muito pior, com mais diploma do que quando entrou. Se era um primário que merecia oportunidade, ele tá entrando e voltando como reincidente. Ele sai e volta. **Então alguma coisa tá errada.** O sistema prisional não tá recuperando. Não tem escola dentro da penitenciária. Ou mesmo quando o preso estuda, não vale como remissão de pena. Então como trabalhar a remissão? Como eles esperam recuperar alguém dentro do sistema prisional amontoado, com falta de alimentação e sem condições? Sem médico, criado

como bicho? Ele não vai recuperar nunca. Não vai conseguir recuperar nunca. Deu pra entender?

[E] Deu perfeitamente, Andreia. Era um pouco isso que eu queria conversar com você hoje. Muito obrigada!



Movimento Mães do Cárcere protesta contra entraves à progressão de regime.
Fonte: Andreia MF – Mães do Cárcere.

Somos Amparar: Famíliares, amigos e sobreviventes em luta pelo fim das prisões

**AMPARAR – Associação de Famíliares
e Amigos de Presos/as¹**

¹ A Associação de amigos e familiares de presos/as (Amparar) possui como missão a defesa intransigente dos direitos humanos de adolescentes e adultos encarcerados e egressos do sistema penal e de seus familiares e a articulação destes enquanto grupo de solidariedade e de referência ao exercício da cidadania.

A

Amparar é a Associação de Familiares e Amigos de Presos/as. Junto a sobreviventes das prisões, nos reunimos como um movimento social para denunciar as violências que ocorrem com pessoas presas e suas famílias. Nossa sede é na zona leste de São Paulo, mas nossa atuação e nossos diálogos envolvem pessoas, movimentos e redes do Brasil e de países da América Latina. Nossa luta é pela defesa de quem está atrás das grades, sejam as grades das Fundações que aprisionam adolescentes ou das prisões voltadas para adultos. Nosso objetivo é um mundo sem cárcere.

A Associação foi fundada em 2004, mas parte de suas integrantes já estava na luta desde o fim dos anos 1990 nas filas e rebeliões da então Febem. A Amparar surgiu a partir da organização de familiares de presos que estavam cansadas de sofrer humilhações nos dias de visita e cansadas de verem seus filhos, maridos e irmãos sofrerem violências, falta de assistência médica e jurídica dentro das prisões. Somos, portanto, um movimento que se criou nas filas e portas da Febem e dos presídios, a partir da conversa e da organização de familiares que se engajaram na luta por direitos e pelo fim das prisões.

Sabemos que ter uma pessoa querida presa não é fácil. Sabemos como a vida muda radicalmente quando uma pessoa querida é presa. Por isso, a Amparar organiza suas ações a partir do **acolhimento** das pessoas que nos procuram. Entendemos que acolher familiares passa por escutá-las em conversas individuais e em espaços de troca coletivos. A partir dessas conversas, seguimos o acolhimento com orientações e encaminhamentos sociais e jurídicos. Todas essas ações são construídas com as próprias famílias, que vão se ajudando para enfrentar a luta e que compartilham seus inúmeros conhecimentos sobre a vida em torno das prisões.

Os encaminhamentos envolvem, ainda, o acionamento da rede da Amparar, seja mobilizando o trabalho de defensores públicos, seja articulando caminhos e possibilidades com pessoas e instituições parceiras da Associação. Nesse contexto, destacamos as audiências públicas realizadas nos últimos anos, que mobilizam as falas de familiares e de sobreviventes para a produção de denúncias de violações nas prisões.

A pandemia do novo coronavírus impôs, desde 2020, uma série de outras demandas para além das que já faziam parte de nosso cotidiano de atuação. Em meio ao abre e fecha das visitas e à migração dos contatos familiares para as ligações em vídeo, nos articulamos juntos à Rede de Proteção Contra o Genocídio da Juventude Negra para pensarmos

em um suporte psicológico para as famílias. Dessa articulação, nasce o Coletivo Escuta Liberta, que colocou em contato psicólogos voluntários e familiares de pessoas presas.

Outra ação realizada pela Amparar no último ano foi a articulação de uma **campanha de arrecadação de fundos para o custeio de despesas básicas de familiares e sobreviventes das prisões**, que ficaram sem renda no contexto da pandemia. Consideramos que a distribuição de alimentos é um trabalho fundamental no contexto da pandemia, e profundamente político. Nesse momento em que muitas pessoas perderam suas fontes de renda e tiveram dificuldades para acessar o mínimo para a sobrevivência, nós também nos unimos a outras organizações, como a Coalizão Negra Por Direitos, para arrecadar fundos e distribuir cestas de alimentos a familiares, sobreviventes e vizinhos da sede da Associação. Não se faz política com fome. Não acreditamos em uma política sem solidariedade e sem dignidade às pessoas.

O trabalho de acolhimento da Amparar é, por fim, o que movimenta o trabalho e o fôlego de luta da Associação. Os nossos aprendizados e caminhos foram sendo construídos, ao longo dos anos, com nossas próprias caminhadas: entre casas, fóruns, salas de audiências e a própria prisão. Além disso, nossos passos seguem as contribuições de familiares que nos procuram, com seus conhecimentos e suas questões. É junto a familiares e sobreviventes que organizamos nossos saberes e demandas. E é desse lugar, mobilizando nossos conhecimentos e caminhadas, que compartilhamos perspectivas com outras organizações e movimentos que também lutam pelo fim das prisões.

Para fazer contingência da pior crise dos últimos tempos no Brasil, movimentos se organizaram em campanhas de arrecadação para o custeio de despesas básicas de familiares e sobreviventes das prisões.

‘Não é antes ou depois da pandemia’: Ativista e sobrevivente do sistema conta realidade das prisões

Tempestade¹



¹ Tempestade é sobrevivente do cárcere, colaboradora da Amparar e da Frente Estadual pelo Desencarceramento de São Paulo. Sempre atuou em prol do desencarceramento e atualmente promove ação direta no período das “saidinhas” em frente à penitenciárias femininas.

HISTÓRICO DE MILITÂNCIA

[ENTREVISTADORA] Bom, Tempestade, vamos lá. Você poderia contar um pouco do seu histórico de militância?

[TEMPESTADE] Olá, boa tarde para todos. O meu histórico de militância começou em... acho que minha vida toda foi uma militância. Eu comecei a militar com meu pai. Ele me levava nos comícios, e ali eu fiquei sabendo – porque meu pai falava que tinha muita ladroeira – que o povo sofria, então eu fui escutando muito essa diferença social e política que ele me ensinou.

[E] Que época foi essa, mais ou menos?

[T] Há 60 anos, por aí. Eu nasci em 51, eu tinha 5 anos, eu ia e ele punha eu de cavalinho no ombro. Então eu tinha uns 5 anos. E daí eu cresci com aquela coisa de trabalhador, de proletário. Quando chegou em 64, a época da ditadura, a gente militava. Eu era secundarista, fazia parte da União Estadual dos Estudantes e participei de muita passeata, corri muito das polícias, dos cachorros, dos cavalos. E tudo isso foi dando um suporte de luta. Foi quando a ditadura caiu. Teve a abertura restrita – que eu não sei se é tão restrita assim – e como presa política eu também pude ir para a rua, mas os presos comuns não. Continuaram lá dentro trancafiados. Então foi uma abertura sem ser total...

[E] Então podemos dizer que você já se aproximou de alguma forma das prisões nesse momento da ditadura e pós-ditadura?

[T] Sim. Eu só não fui presa na ditadura porque eu dei sorte. Porque eles apareceram uma vez, a gente tava na Sé, e a polícia do Exército fez uma roda e levou todo mundo em cana, todo mundo. Ali eu dei sorte. Por quê? Eu tava com a carteira de estudante, e eu era uma pessoa menor de idade, tinha 17 anos, e tinha residência fixa. Eles não me enquadraram. Porque eu era ninguém; eu era só um número lá. Acharam isso e me mandaram embora. Eu quase morri de medo. Quando tudo isso caiu, a gente respirou e falou: “Nossa, caiu! Graças a Deus”. Todo mundo deu uma acomodada; daí teve a Constituição, e as coisas foram caminhando. E eu fui para outros caminhos. Em 2008, eu caí na Penitenciária de Santana. Não entendia nada, coisa alguma. Sabia que o comportamento lá dentro tinha que ser na risca.

[E] Isso foi na Penitenciária Feminina de Santana?

[T] Isso, de Santana, a PFS, que são 3 pavilhões com 1000 presos em cada pavilhão, 500 do lado par e 500 do lado ímpar. Quando eu entrei, não sabia nada. Coisa alguma. Você entra, parece que jogam você em outro país, você não conhece ninguém. Muito dificultoso tudo. Mas me trataram muito bem porque eu descobri que cabelo branco é muito respeito.

[E] Quantos anos você tinha quando foi presa?

[T] Acho que era 57 ou 58, algo assim. Daí quando eu cheguei lá, eu não sabia de nada, mas eles me trataram muito bem. Porque as presas, elas acolhem. Elas conversam na maior educação com você, perguntam se você tá querendo alguma coisa. E eu pedi logo um Doril, que eu tava quase... minha cabeça tava quase estourando. Lá elas me arrumaram um comprimido rapidinho. As presas te acolhem no RO, que é o Regime de Observação; você fica dez dias lá e, quando você entra pra esse lugar, são essas presas que te acolhem. Se você tá machucada, se você tá precisando de um remédio, são elas que te acolhem.

[E] E como foi o seu processo? Dentro da penitenciária você não tinha conhecimento dessas coisas e você foi aprendendo?

[T] Sim.

O que choca muito é que a pessoa, quando ela vai presa, além dela não saber de nada, ela tem a besta ilusão de que ela vai chegar na frente do juiz, vai contar a história de cabo a rabo, e que vai embora pra rua. Só que não é isso que acontece. De jeito nenhum. Você mal abre a boca na frente do juiz e não dá pra você contar história nenhuma,

nem história triste, nem alegre. E, dentro da cadeia, você demora 3 meses sentada lá, esperando o dia da sua audiência. Depois demora mais 3 meses para chegar a sua sentença. São 6 meses que você fica lá dentro sem saber. Você acha que você vai embora e não vai. Quando chegou a sentença, eu caí dura. A minha foi 11 anos. Aí, conclusão: eu

tinha que fazer alguma coisa, trabalhar. Comecei a ver, aprender, tive muitos cursos, uns dois cursos dentro da cadeia. Enquanto você ainda tá esperando poder firmar o seu trabalho lá. Porque os papéis, até chegar, eles liberarem e essas coisas todas, demora. Aí eu fiz um curso do ITTC dentro da cadeia, que é o Instituto Terra, Trabalho e Cidadania, sobre como que a pessoa tem os seus direitos garantidos. Então ali, dentro da cadeia, eu tive uma aula de cidadania.

[E] Ali você acha que aprendeu algumas coisas para poder reivindicar?

[T] Sim, para eu poder reivindicar lá dentro. Ali eu vi que a gente tinha que lutar de alguma forma, mas eu nem sabia de que jeito. Comecei com umas cartas. Escrevia e mandava cartas das presas para a advogada ver o processo de umas meninas e comecei a ter retorno. Eu bolei um jeito porque lá não tinha papel, era a maior guerra do mundo porque eles não davam papel para as pessoas. Comecei a pegar a última folha do VEC [com os andamentos de execução mais antigos], dividir no meio e fazer duas cartas. E ali foi. Eu assinava no final das cartas: “Deus abençoe”. Quando a advogada pegava aquilo, tava bem resumida a sentença da pessoa, a data da prisão, que já passou do prazo de ir para o semiaberto e tal, e no fim de tudo isso eu escrevia um “Deus abençoe”, então acho que doía, talvez, o coração de quem tá lendo. Então ela se sentia um pouco culpada de largar aquele número que ela tinha que tomar conta e não tava tomando.

[E] E esses advogados que você mandava eram privados e públicos?

[T] Não, da FUNAP, Fundação Nacional de Amparo ao Preso. Só depois que eu saí foi que eu descobri que eles eram empregados da Defensoria. Se eu soubesse todas as informações que eu sei hoje, lá dentro, cara... eles tinham me mandado para o RDD (Regime Disciplinar Diferenciado) [risos]. E com certeza, de tudo isso que eu fiz, a militância maior que eu fiz foi colocar a Defensoria Pública no sistema da PFS. Eu escrevi uma carta, e o advogado que substituiu a advogada que saiu era casado com uma moça que o pai era desembargador, e muito próximo da ministra Carmen Lúcia. Conclusão: ele levou a carta e, depois de nem quarenta dias, todo mundo gritando de manhã “Tempestade, Tempestade! Tá entrando a Defensoria Pública dentro dos predinhos”. Eu quase caí dura. Eles fizeram 10 dias de mutirão dentro da cadeia e foi aí que eu descobri que existia o NESC (Núcleo Es-

pecializado de Situação Carcerária da Defensoria Pública), e descobri que tinha muita gente aqui fora que lutava pelas pessoas que estavam lá dentro. Nessa caminhada toda, eu já tinha contato com a Pastoral Carcerária, com o IDDD, e fiz amizade com o NESC. São três organizações fortes. Daí eu falei: “nossa, quando eu sair da cadeia, eu já tenho esses três, vai ser fácil conseguir as coisas aqui de fora”. Mentira. Fake total. Quando eu saí, ninguém podia se mexer. **Lá dentro, você tem muito mais força de conseguir colocar um mutirão, do que você tem aqui fora.** Se a metade dos presos soubesse disso, e tivesse peito para pedir, escrever, sabe? Estaria tudo bem diferente dentro da cadeia. A questão é que quando eu consegui pôr a defensoria lá dentro, todo mundo já começou a me olhar torto. A direção não via a hora de me colocar no semiaberto pra me mandar embora.

Nessas alturas, todo mundo que trabalhava na judiciária ganhava liberdade, foram pra outra cadeia... no fim eu assumi a cadeira da judiciária como responsável pelo Pavilhão 2. Aí é que o bicho pegou, porque eu coloquei 3 advogados na corregedoria, quase que eu fui para o “pote”, que é um castigo né, porque eu conhecia a Heidi, diretora do ITTC à época, e conhecia a Educação pelo Direito. Nós conseguimos tirar as presas que davam aula, conseguimos colocar professores pra dar aula. Então a minha militância foi crescendo dentro da cadeia em relação aos direitos. Quando eu cheguei no semiaberto do Butantã, o semiaberto do Butantã não dava classe para presa. Então eu fui trabalhar de faxineira.

[E] Então, lá você percebeu que o cenário era muito diferente?

[T] Muito. Lá quem manda é elas mesmo. Não tem advogado, advogado nem abre a boca. É uma senhora que toma conta, advogado só vai uma vez por mês. Quando eu cheguei lá, eu fui trabalhar no lixo, recolher o lixo, levar embora e tal. Daí eu vi como que é a vida. Ali é tortura. O semiaberto do Butantã, eu posso dizer, é tortura. E todo mundo passa pela mão das guardas, cada lugar que você dá dez passos tem uma mesa com uma guarda sentada. E elas humilham a pessoa... Ali, eu não consegui muita coisa. A única coisa que eu consegui foi que eles deixassem a água aberta pra quando chegasse antes do meio-dia, quando largava o serviço, pra gente tomar banho pra ir almoçar. Daí o diretor olhou pra mim e eu falei “e as pessoas que menstruam?”. O homem ficou muito louco. Porque você tinha que deixar, por que não? Então eu tive umas revolu-

ções assim, consertar a mangueira... [risos], mas não mais que isso...

[E] Em que ano você saiu do Butantã?

[T] 2013.

[E] Como que foi esse processo pós?

[T] Foi horrível. Porque desde que eu trabalhei na cadeia, eu sempre ganhava. A primeira vez, o meu primeiro salário dentro da PFS foi R\$36,00 pra fazer toda essa revolução que fiz. Eu acho que eu merecia pelo menos um salário mínimo, né? Mas era bem pouquinho, porque esse dinheiro era das presas que trabalhavam dentro do sistema. E quando eu saí do PFS, depois de 3 anos e 6 meses, meu último salário lá dentro, era R\$112,00, pra você ver como que é, entendeu? Quando eu saí da cadeia, saí com R\$400, depois de 5 anos de trampo. Então pra você ver, quando eu cheguei aqui, eu não tinha mais nada. O mercado, o gás, não sei o quê, acabou o dinheiro. Acabou o dinheiro, acabou tudo. Então, o egresso mais velho, ele tem muito mais problema do que os mais novos, né? **A pessoa mais idosa é bem mais descartável quando sai do sistema.**

[E] Essa época, quando você saiu, você tinha 64?

[T] Tinha uns 62, 63.

[E] E depois de toda a dificuldade que você passou, de ter saído do cárcere, você conseguiu se organizar de alguma forma, com o apoio de outras pessoas, como foi?

[T] Eu acho que, quando você sai, você é marcado por tudo. Pela sociedade que te rejeita, porque as pessoas que me cumprimentavam antes, não cumprimentavam mais. Viravam a cara, fingiam que não me viam. Entendeu? Às vezes as pessoas falavam assim: “nossa, mas já saiu da cadeia? Pensei que ia morrer lá”. Então tem uma pressão muito grande. E emprego eu nem tentei, porque eu sabia que não iam me dar. Eu fui correr atrás da minha aposentadoria. Consegui pela idade, né. Então hoje eu sou aposentada e toco a vida. E pela militância, hoje eu faço mutirão no Butantã, as saídas.

[E] E como surgiu essa ideia do mutirão? Como você começou?

[T] Então, uma vez fui com o pessoal do NESC na Faculdade São Francisco falar, e no final me aplaudiram de pé. **Ali eu comecei a ver que não existia**

preso aqui fora que lutava pelos presos lá dentro. E foi aí que começou o conhecimento do NESC e da Faculdade São Francisco, ali comecei a criar outra visão das coisas. Daí eles já me carregaram pra ir nas audiências públicas, e eu falei, assim, na boa educação, que eles deveriam se mexer. Que eles deveriam fazer mutirões. Daí como não ganhava mutirão nenhum, eu resolvi fazer sozinha, por conta própria. Criei um questionário parecido com o que eu já tinha dentro da cadeia, com as pessoas que eu acompanhava trabalhando no setor judiciário. Eu resumi os dados o máximo que pude e usei aquele mesmo questionário da cadeia para aplicar na saidinha. Então eu comecei com aquela folhinha, do mesmo jeito.

[E] Você lembra que ano que foi a primeira vez?

[T] Foi em 2014 ou 2015. Daí ali a primeira vez que eu fui, tinha mudado o NESC. Chegaram esses advogados novos, e eu tô trabalhando com eles desde então.

[E] E no que consiste esse trabalho? Você vai na penitenciária e faz o quê?

[T] Então, na saída a gente panfleta as organizações – na volta não panfleta porque não entra nenhum papel dentro da cadeia –, então na volta a gente aplica esse questionário. Daí eu pego o questionário, levo pra dentro do NESC e eles veem o que aconteceu com aquele processo, quando aquela pessoa entra em regime de benefício, etc. e escrevem uma carta falando os dias de benefício, e mandam de volta pra dentro da cadeia essa informação pra presa. **Porque lá você não tem informação. Você nunca sabe quando você vai para o regime aberto, se você tem direito a uma liberdade condicional, nada disso.** Você fica sempre “será que é hoje? Será que é amanhã? Será que é no mês que vem?” e os meses vão passando, e vai te dando um desespero. Você sai na saidinha e volta, mas você continua sem saber o dia que você vai receber a progressão.

[E] Então a gente pode dizer que seu trabalho consiste na escuta dessas mulheres, em panfletar para mostrar os espaços que elas podem acessar quando estiverem fora, e em aplicar o questionário para poder passar as informações pra elas; seria isso, né?

[T] Sim, e tem uma coisa bem importante; porque quando você tá fazendo esse questionário, elas falam o que tá acontecendo dentro da cadeia, em relação à comida, tudo, então tem um trabalho de

denúncia também. E essas denúncias são importantes, porque eu levo pra dentro da NESC e eles fazem uma mini vistoria, sabe? O serviço deles é fazer essa vistoria de cadeia. E é uma coisa que você tem que aprender: você não vai conseguir fazer nada sozinho, tem que ter o papel daquele núcleo para monitorar as coisas e elas mudarem.

ARTICULAÇÕES NA PANDEMIA

[E] Como está sendo a articulação com outras organizações e movimentos nesse contexto de pandemia?

[T] Estamos fazendo um serviço com a Amparar, e a gente vai fazer um encontro de mulheres egresas de todas as partes do Brasil, junto com o ITTC e com a Amparar. Então fizemos já um curso, eu aprendi a mexer nos celulares – não tô um ás, mas tá indo, tô aprendendo... [risos]. Tivemos também um encontro falando sobre familiares, sociedade. E foi muito bom. Achei muito esclarecedor, porque a gente vai esquecendo desses vínculos e a gente tem que reatar novamente, achei ótimo. Tô fazendo algumas lives, fiz uma essa semana aí, com a educação federal, da Faculdade Federal do ABC, que falou sobre a parte de criminologia e prisões. No começo da pandemia também andei fazendo um livro com várias mulheres, que é “Fala Carolinas: Mulheres na luta por vida e dignidade”. Também estou fazendo um curso da Educação Libertas, que é a cada 15 dias com professores maravilhosos da Faculdade Federal do ABC. Tudo isso aí para crescer, para entender melhor as coisas. Tô fazendo algumas reuniões, também online, às vezes presencial – depois que eu tomei a vacina já ficou mais fácil. E acredito que no NESC também, porque voltaram as saidinhas e toda saidinha na volta eu levo esse trabalho pra eles. E a gente sempre tem o contato por telefone, pra ver como que tá indo, de quem já conseguiu responder, se já conseguiu o regime semiaberto, etc.

[E] E as saidinhas, quanto tempo isso ficou parado?

[T] Um ano. Em 2020 não teve saidinhas. Voltou agora em março/abril.

[E] E como tem sido a experiência de conversar com as mulheres que estão no CPP Butantã, no momento em que elas estão indo para a saidinha e voltando da saidinha, durante esse período de pandemia?

[T] Quando elas saem, elas saem bastante empolgadas de ir pra ver a família. E na volta a emoção já muda um pouco, né? Porque a pessoa já volta

mais triste, às vezes deixou a família, o filho, às vezes o filho já começou a dar uns passos errados. Um problema que eu vou levantar, muito grave, é que as pessoas do semiaberto Butantã, a maioria é do interior. Antes da pandemia, como agora – agora piorou muito mais – o governo não dá esse respaldo financeiro pra pessoa ir e voltar num ônibus. E isso aí é um maltrato. Porque agora com a pandemia, as firmas foram fechadas, não teve serviço, então não teve dinheiro. Nessa última saidinha, depois de um ano, as meninas tiveram que pedir esmola lá no Tietê pra conseguir arrumar o dinheiro para comprar passagem pra ir. E pra voltar, tiveram que, mais uma vez, fazer uma vaquinha com todos da família pra conseguir voltar. Isso aí já perdura há muitos e muitos anos, essa tortura das pessoas do regime semiaberto do Butantã.

**Na pandemia,
voltou a ter essa
tortura novamente.
É uma coisa
que parece que
desengaveta aquela
tortura, na primeira
oportunidade
eles voltam com
aquela tortura, pra
fazer novamente a
pessoa se lascar.**

[E] E a pandemia de alguma forma afetou essa ação que você faz? O que você acha que piorou nesse cenário?

[T] Primeiro: essa ação que eu faço é muito importante porque, quando chega aquele papel do NESC estimando o tempo de progressão praquela presa lá dentro, ela com aquele papel timbrado da Defensoria Pública consegue o atendimento com o advogado da FUNAP. Então vira uma arma nas costas

da advogada pra presa conseguir ir pro semiaberto ou aberto. E, nessa ação, que já faz quatro anos, acho que a gente já pôs na rua umas 400, 500 pessoas. A gente vai fazendo de formiguinha, mas a coisa vai engrossando. O que aconteceu com a pandemia foi que, como eu não fiz esse serviço, tudo ficou parado.

[E] Inclusive o NESC também? Chegou a parar?

[T] O NESC parou algumas coisas. Mas o serviço que é vistoria em presídio, eles continuaram fazendo. Mesmo com a pandemia eles conseguiram dar um jeito, porque ficavam uns negócios muito cavernosos em outras penitenciárias, e eles fizeram e continuam fazendo, e vão arrumar mais defensores pra conseguir fechar os 178 presídios em um ano de vistoria.

[E] Você sente que acumulou denúncias desse período, do ano passado principalmente, que não teve nenhuma saidinha?

[T] Acumulou. A tortura, vamos dizer... uma coisa que a gente conseguiu abolir quando a gente começou a fazer esse mutirão, é que **eles cozinhavam menos o feijão, menos tempo, para economizar o gás, desligavam a geladeira para conseguir economizar energia**, e a gente conseguiu tirar isso deles. Hoje, voltou. Na pandemia, voltou a ter essa tortura novamente. É uma coisa que parece que desengaveta aquela tortura, na primeira oportunidade eles voltam com aquela tortura, pra fazer novamente a pessoa se lascar.

[E] E agora como está a questão da comida, água, testes...?

[T] Não tem. Quando eu fui na primeira saidinha e nessas outras duas agora, eu fiz um questionário à parte... soube que elas usam máscara, mas eles dão uma máscara só, as agentes as vezes usam no queixo, pendurada na orelha. E **não tem álcool em gel dentro da cadeia, porque eles acham que o preso vai beber** e não é isso que acontece, gente. Porque o primeiro que beber álcool em gel já vai pro hospital, daí ninguém mais vai querer meter a besta de beber, né? Então cândida eu sei que eles usam, borrifam nas paredes, no chão e tal, mas o resto...

[E] Mas é com que frequência isso?

[T] A cada 15 dias. Apesar de que muita coisa na pandemia continuou a mesma coisa, até aumentou, como os percevejos, porque no começo a gente

conseguiu – unindo o NESC, a população, familiares – botar a vigilância sanitária lá dentro, mas eles tiraram só metade das coisas. Deixaram as camas, que é de madeira, deixaram o estrado da cama, quer dizer, os bichos continuam lá. Ainda arrancaram os tacos, mas deixaram os pregos.

Sem a presença da vigilância sanitária, muita coisa na pandemia piorou, como infestações de percevejos.

[E] E comida, você teve mais algum relato?

[T] Muita piora. Porque daí eles abusaram mesmo. Já que não tinha visita, não tinha nada, ninguém entrava na cadeia, nenhuma organização, nada. Eles abusaram muito dos presos a essa altura.

Voltou a tortura de cozinhar menos a comida, eles tavam dando só salsicha e, como desliga a geladeira, o negócio fica verde, né? Eles não tão fervendo as salsichas, só passam embaixo da água pra pôr na comida, e é só arroz, feijão e salsicha. E sempre com aquela opressão das agentes dizendo: “você tem que achar é bom. Porque tem gente que hoje em dia nem isso tá comendo na rua”.

[E] Ou seja, estão usando a pandemia como justificativa para ter uma comida ainda pior do que já era.

[T] Sim. E não vem uma fruta, não vem nada disso. Agora, quando chega a fiscalização e vê, eles dão as coisas todas já passadas da data de validade, sabe? E eles, o governo, até manda algumas vezes algumas coisas, mas que nem chegam perto da geladeira das presas. Fica lá na outra geladeira

dos agentes. Porque a comida dos agentes é feita na cadeia, mas é feita separada. E a geladeira dos agentes tem queijo, tem presunto, tem tudo, sabe? O que não tem é pros presos.

[E] E relato de água, a falta de água?

[T] Com essa pandemia, teve um corte imenso de água lá. **Eles punham água uma vez por dia só.** Punha água, pouca água, e com a superlotação que tá, não dá tempo de todo mundo tomar pelo menos uns 10 minutos de banho, porque eles cortam a água antes. Todo mundo parece que entra na água e já tem que sair, pra dar lugar para outro entrar e sair rápido, senão eles fecham a água.

[E] E Tempestade, sobre o teste do PCR, você pode contar um pouco como está funcionando isso? Se e quando elas fazem o teste?

[T] Não fazem. Quando elas saem da cadeia, do fechado, para elas saírem de lá, elas fazem o teste lá. E depois vão para o Butantã. Daí tem a saidinha, quando elas voltam, elas não fazem teste nenhum. Eles enfiam elas lá 7 dias antes, no Regime de Observação, mas como não tem espaço suficiente pra fazer isolamento dentro de uma cadeia, que é 12 pessoas por quarto, o que eles fazem? Eles não têm mais esse isolamento.

[E] Então na verdade é um falso isolamento? Um monte de gente no mesmo lugar...?

[T] É uma coisa *fake*, tudo *fake*. E outra, elas ficam presas dentro do quarto, porque elas estão trancafiadas,

o semiaberto virou tranca. Ninguém sai pra ir pro pátio, não existe mais nada disso; você fica trancado.

Daí você tá trancado lá, é hora da refeição: só uma pessoa que desce pra pegar os negócios pra levar para o quarto. Daí quando ela desce, ela é obrigada a estar de máscara. **A única máscara que deram**, porque não dão todo dia uma. Então é tudo *fake*.

[E] E Tempestade, até agora você ouviu relatos de mulheres que receberam a vacinação enquanto estavam presas?

[T] Não, nenhuma, cara. E, quando saiu aí o negócio [o Plano Nacional de Imunização], eles falaram que as pessoas com comorbidades seriam as últi-

mas a serem vacinadas, não as primeiras. Então foi ao contrário, e também eles queriam seguir um lance por idade, sabe...

[E] Que era totalmente diferente do de fora?

[T] Não, era totalmente igual o de fora, mas é o seguinte, cara: **você vai encontrar gente com 80 anos dentro da cadeia? Tá de brincadeira, né.** E outra, quando eles quiseram vacinar o exército, a polícia, o PM, etc., o que é que eles fizeram? Eles levaram as 20 mil doses lá dentro do quartel e vacinaram todo mundo junto. Porque é que não fazem isso dentro dos presídios, sabe? Tem 500 presos lá; levava 500 doses, aplicava, depois de 15 dias voltava lá e pronto, tá todo mundo imunizado. Mas eles não quiseram fazer isso. Daí imunizaram as agentes, e as agentes achavam que eram super-pessoas e o que aconteceu? Várias pegaram Covid, mesmo vacinadas.

[E] Você pode contar algum relato de pessoas que estavam com Covid dentro da penitenciária?

[T] Olha,

as pessoas que estavam com Covid dentro da penitenciária, quando saía dali para ir para o médico, não voltavam. Então ninguém sabia se tinha morrido, se estava viva, se transferiram, se ganhou a liberdade ou se morreram mesmo.

Quer dizer, o número que a SAP dá em relação a isso, também é tudo *fake*. Porque não chega nem nos pés do que é realmente, porque eles não abrem o jogo, sabe? E uma coisa... é mais fácil você acertar os números da Sena do que eles falarem alguma coisa real sobre o quanto as pessoas estão com Covid dentro do sistema.

[E] Você teve algum relato também de saída para ir ao médico, hospital... nesse momento, era só em relação à Covid-19? Como ficaram os outros atendimentos médicos?

[T] Tudo já era parado antes, com a Covid então, era só a desculpa: "não, não tem, não dá pra levar, hospital não tá atendendo". Então as pessoas sofreram muito. **Inclusive, uma pessoa estrangeira morreu dentro do sistema por omissão de socorro, porque eles não quiseram levar a presa que tava tendo taquicardia;** eles pegaram o pron-

tuário dela e viram que ela era uma estrangeira que tinha AIDS, mas ela fazia tratamento. Só que eles fecharam o olho, acharam que era fingimento, que era uma coisa, deixaram a mulher lá e a mulher morreu dentro do presídio. Não foi a caminho de algum hospital e coisa alguma. Então isso é uma coisa que tão apurando, mas isso daí eu conheço já, essa lenga-lenga. Apura, apura, apura e não dá em nada. Nada vezes nada.

[E] E, pra finalizar, como estava a questão dos remédios? Você recebeu notícias sobre isso?

[T] A sorte é que tem paracetamol. O que mais precisavam na cadeia era bombinha das pessoas que tem asma. Isso aí não tinha e não tem. A população aqui fora se mobilizou com a pandemia, ficou quase louco porque não tinha respiradores, só que, dentro da cadeia, o respirador é a bombinha de ar. Então eu acho que isso tem que ser escancarado, escancarado de verdade, para as pessoas entenderem o que é a pessoa com asma não ter bombinha. E às vezes a pessoa que tá lá que tem asma, ela tem família que compra e manda aquela bombinha; quando chega lá, a pessoa que tem asma vê que a outra companheira tá sofrendo e divide aquela bombinha com 5, 6 mulheres que tão mal, sabe? Então isso é uma coisa que o povo deveria pensar. **Essa pandemia não veio à toa só, ela também veio pra dar um ensinamento que tem população lá dentro sofrendo** por causa de bombinha.

[E] Com doenças crônicas mesmo, né?

[T] Muita! Nossa, a maioria. Tuberculose é mato na cadeia, sabe?

[E] E alguém chegou a falar alguma coisa sobre o não fornecimento de remédios para HIV/AIDS também?

[T] Sim. Diz que isso daí tá tudo abandonado lá. Pararam de fornecer tudo. Tudo. Nem paracetamol estava tendo mais na cadeia porque paracetamol é um remédio que é usado quando a pessoa tem Covid, sabe? Então é um negócio bem irônico: “ah, na cadeia só tem paracetamol. Então você que tá mal, não vá no pronto socorro, vá na cadeia que você vai conseguir se medicar” [risos].

[E] Então durante a pandemia nem isso, né? Tava difícil de conseguir.

[T] Tava muito dificultoso. E outra, lá a gente tem uns enfermeiros metidos a médico, porque os médi-

cos mesmo não vão lá, gente. Vocês tão de bobeira, vocês tão achando que lá tem ginecologista, médico pra coração, médico pra osso, médico pra isso, aquilo, aquilo outro... não tem porcaria nenhuma. Tem um enfermeiro lá metido a médico e que pra você conseguir tirar também algum remédio dele você tem quase que subornar ele até os ossos.

[E] Tem mais alguma coisa que você queria falar? Alguma informação ou desafio relevante que você gostaria de compartilhar por conta desse período de pandemia?

[T] Quanto à pandemia, que a pandemia não acabou. Então a luta não é “antes ou depois” da pandemia. Os problemas sempre tiveram dentro do sistema, mesmo sem a pandemia. Todo mundo ficou sabendo que existia preso, que existia pandemia, porque todo mundo ficou com essa pandemia. Mas, assim, eu acredito que a gente precisa lutar agora por um novo começo, porque essa pandemia não vai sair assim daqui do dia pra noite. Vai ser igual gripe, todo ano você vai ter que vacinar.

[E] Só tá piorando tudo, né? O pessoal vai ficando sem dinheiro também...

[T] Dentro da cadeia, tem um negócio: acabaram com o exame criminológico, agora eles inventaram esse criminológico novamente. Conclusão: agora que a pessoa vai ficar mais fechada ainda, porque não tem pessoa suficiente, mas isso tá tendo uma luta muito grande. E outra, se vai ter que ter criminológico, a pessoa que vai sair de saidinha não vai sair nunca mais. Ela só vai sair de liberdade. [risos]

[E] Mais alguma coisa relevante?

[T] Quanto ao Butantã, falam que o prédio vai cair, né, eu tô escutando isso há 10 anos. Quando eu entrei lá em julho de 2011, o prédio já estava desativado, o trincado era quase dois palmos, um palmo e meio, mais ou menos. E todo mundo tinha medo de passar ali, mas estava desativado. Mas reativaram porque começou a superlotação, né? E eles, lógico, pensam nos R\$3.500,00, R\$4.000,00 por cabeça. Foram lá e puseram os meninos do semiaberto presos, para fazer a reforma, que foi muito mal feita. Só maquiagem mesmo. Não tinha ferro, cara. Você só via areia, cimento, pedra. Mas ferro mesmo, pra dar uma estrutura no negócio, eu não vi chegando lá. E isso daí já vem se arrastando há anos. Dez anos que fizeram uma maquiagem, agora tá começando a dar um problema. [risos] Vão lá e vão maquiagem de novo, vão pegar esse dinheiro, vão por em Cancun

daqui a 10 anos vai cair de novo, entendeu? Porque o solo não era apropriado para construir ali. Isso daí quem levantou foram uns caras da defensoria, tudo. Porque diziam que iam implodir aquilo lá, mas daí eles começaram a analisar: “não, cabeça de cada um é R\$4.000,00, vamos maquiá”. E vai acontecer do mesmo jeito, porque eles não vão implodir. Porque onde eles vão por aquelas presas todas?

[E] Então agora deve estar ainda mais superlotado, né?

[T] Ainda mais superlotado, é. E sabe o que é duro? É que agora, nessa saidinha, o que é que vai acontecer? Tinha que avisar essas presas que tão no fechado, que ganharam, pra elas saírem e ficarem em casa. Entrar com pedido dizendo que não tem lugar no semiaberto, entendeu? É que todo mundo vai com medo de tentar e se ferrar. É só isso, acho que eu já falei tudo.

[E] Então muito obrigada, Tempestade, por aceitar fazer essa entrevista para a Rede Justiça Criminal.

[T] Obrigada você.



Expediente

EQUIPE EXECUTIVA

Janine Salles de Carvalho (Secretaria Executiva)
Giovanna Preti (Assessora de Comunicação)
Elena Lemme (Coordenadora do Projeto OSF Covid)

REPORTAGEM INVESTIGATIVA

Amanda Prado

EDIÇÃO E CONTEÚDO

Ana Lia Galvão (IDDD)
Carol Diniz (Conectas Direitos Humanos)
Carol Souto (Instituto Sou da Paz)
Cátia Kim (ITTC)
Danielle Tsuchida (Instituto Sou da Paz)
Jéssica Moura (Instituto Sou da Paz)
Marcela Amaral (ITTC)
Roberta dos Santos (Conectas Direitos Humanos)
Vanessa Alves (Instituto Sou da Paz)
Vivian Calderoni (IDDD)

AUTORES E AUTORAS CONVIDADOS/AS

Andreia MF (Mães do Cárcere)
Fábio Pereira (Amparar)
Miriam Duarte (Amparar)
Railda Silva (Amparar)
Tempestade

REVISÃO

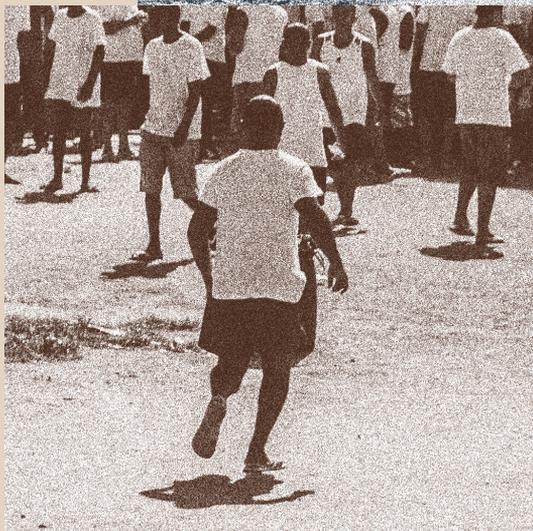
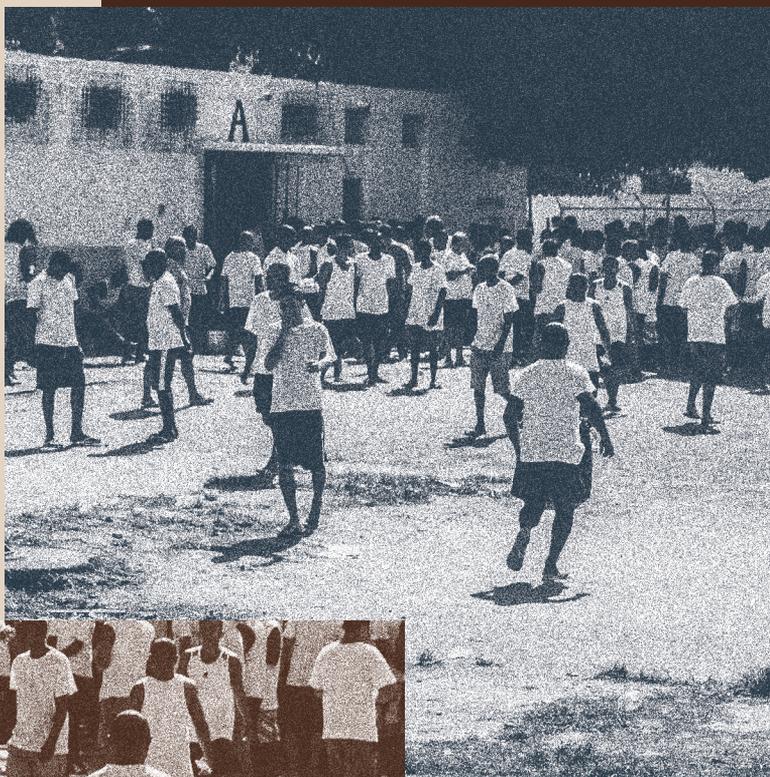
Janine Salles de Carvalho (Secretaria Executiva)
Elena Lemme (Coordenadora do Projeto OSF Covid)

FOTOS

Daniela Fichino

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Lucas Jatobá



Organização



**REDE
JUSTIÇA
CRIMINAL**



Apoio

